

*Programa de Leilão de Energias  
Renováveis*

**(PROLER)**

Quadro da Política de  
Reassentamento

Fevereiro - 2021



**IMPACTO**  
PROJECTOS E ESTUDOS AMBIENTAIS

<b>Projecto</b>	<b>Programa de Leilão de Energias Renováveis (PROLER)</b>
<b>Referência do Documento</b>	<b>Quadro da Política de Reassentamento</b>
<b>Preparado por</b>	 <b>Equipa Técnica:</b> Victor Hugo Nicolau Yarina Martins <b>Revisto e aprovado por:</b> Luciana Santos
<b>Preparado para</b>	
<b>Versão</b>	<b>Final</b>
<b>Data</b>	<b>26.02.2021</b>

## Tabela de Conteúdos

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS .....	1
1 INTRODUÇÃO .....	2
2 CONTEXTO DO PROJECTO .....	2
3 FINALIDADE E OBJECTIVOS DO QPR.....	3
4 ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULATÓRIO.....	4
4.1 Legislação Moçambicana .....	4
4.2 Questões legais relevantes .....	8
4.2.1 Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) .....	8
4.2.2 Perda de direitos sobre a terra .....	8
4.2.3 Compensação por perdas .....	8
4.2.4 Aprovação do PAR.....	9
4.2.5 Responsabilidade pela implementação do PAR.....	9
4.3 Boas Práticas Internacionais .....	9
4.3.1 Padrão de Desempenho 5 (PS5) da IFC.....	9
4.3.2 Recomendações do Banco Mundial sobre Aquisição de Terra, Restrições ao Uso da Terra e Reassentamento Involuntário .....	10
4.4 Lacunas entre a Lei Moçambicana e as boas práticas internacionais .....	11
4.5 Considerações finais .....	25
5 IMPACTOS POTENCIAIS DOS PROJECTOS.....	25
6 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO REASSENTAMENTO.....	26
6.1 Política de reassentamento .....	26
6.2 Critérios de Elegibilidade .....	27
6.3 Consulta Pública e Participação Comunitária (incluindo Comunidade Hospedeira) .....	27
7 PROCEDIMENTOS E REQUISITOS PARA A PREPARAÇÃO DO PAR .....	29
7.1 Calendário de execução .....	30
7.2 FASE 1 – Relatório de Levantamento Físico e Socioeconómico.....	31
7.3 FASE 2 – Plano de Reassentamento/Compensação .....	31
7.3.1 Censo e Inventário Patrimonial.....	31
7.3.2 Moratória .....	32
7.3.3 Princípio gerais de avaliação e compensação .....	33
7.3.4 Quadro de Direitos e atribuição de direitos.....	33
7.3.5 Assistência a pessoas e grupos vulneráveis .....	36
7.3.6 Selecção da Área Hospedeira.....	36
7.3.7 Plano de Restauração dos Meios de Subsistência (PRMS) .....	37
7.4 FASE 3 – Plano de Acção de Implementação do Reassentamento (PAIR) .....	38
8 QUADRO INSTITUCIONAL PARA A PREPARAÇÃO De PLANOS DE REASSENTAMENTO .....	39
8.1 Papéis e Responsabilidades .....	39
9 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E PROCEDIMENTOS DE RECLAMAÇÃO .....	42
9.1 Participação e Envolvimento Comunitário .....	42
9.2 Mecanismo de Reclamação e Resolução de Disputas e procedimentos de reclamação. ....	42
10 IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE REASSENTAMENTO.....	44
10.1 Aprovação do PAR.....	44
10.2 Pagamento das compensações.....	44
10.3 Construção das estruturas de substituição.....	45
10.4 Limpeza e alocação da terra agrícola de substituição .....	45
10.5 Mudança para o local de reassentamento .....	45
10.6 Implementação do PRMS.....	45
11 CUSTOS E ORÇAMENTAÇÃO.....	46
12 MONITORIA E AVALIAÇÃO .....	48
13 CONCLUSÃO .....	49

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Quadro Institucional para a preparação do reassentamento.....	39
Figura 2. Fluxograma do processo de resolução de reclamações e disputas .....	43

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Resumo da Legislação relevante .....	5
Tabela 2. Análise de lacunas .....	14
Tabela 3 Principais componentes da preparação do PAR/Plano de Compensação .....	29
Tabela 4 Calendário indicativo para preparação de PAR/Plano de Compensação.....	31
Tabela 5 Quadro de Direitos .....	33
Tabela 6 Papéis e responsabilidades .....	40
Tabela 7 calendarização indicativa para a implementação do PAR.....	44
Tabela 8 Estrutura de orçamentação Indicativa .....	46

## ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

AID	Área de Influência Directa
BM	Banco Mundial
CGRD	Comité de Gestão de Reclamações e Disputas
CDR	Comissão Distrital de Reassentamento
CPR	Comissão Provincial de Reassentamento
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
EDM	Electricidade de Moçambique
EIAS	Estudo de Impacto Ambiental e Social
ERC	Equipa de Reassentamento e Compensação
GdM	Governo de Mozambique
GIS	GeogPARhic Information Systems
GPS	Global Positioning System
IFC	International Finance Corporation
LA	Licença Ambiental
OLC	Oficialde Ligação Comunitária
PAPs	Partes afectadas pelo Projecto (inclui PDs e PAs)
PA	Pessoa Afectada
PAIR	Plano de Acção de Implementação do Reassentamento
PAR	Plano de Acção de Reassentamento
PD	Pessoa Deslocada
PR	Plano de Reassentamento
PROLER	Programa de Leilão de Energias Renováveis
PRMS	Plano de Restauração dos Meios de Subsistência
PS	Performance Standard (Padrão de Desempenho)
QPR	Quadro da Política de Reassentamento
RLFSE	Relatório de Levantamento Físico e Socioeconómico
TCRMS	Technical Commission for Reassentamento Monitoring and Supervision

## 1 INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Quadro da Política de Reassentamento para o Programa de Leilão de Energias Renováveis – PROLER e destina-se a estabelecer os princípios e procedimentos a serem observados no desenvolvimento dos futuros Planos de Reassentamento (PR) e/ou Compensação e dos Planos de Restauração dos Meios de Subsistência (PRMS), a preparar pelo Proponente.

A legislação Moçambicana contém orientações específicas para a preparação de PRs, sendo a elaboração de um PR obrigatória no caso de projectos que impliquem deslocação involuntária de pessoas e perdas de bens. É prática assente que o PR seja preparado de acordo com as boas práticas internacionais (em particular com os Padrões de Desempenho da IFC e dos Padrões Ambientais e Sociais do Banco Mundial, detalhados no capítulo 2.3). Em consonância com estas recomendações, quando um projecto implique apenas deslocação económica (perda de bens, incluindo terra agrícola e culturas) não será necessário elaborar um Plano de Reassentamento, sendo suficiente preparar um Plano de Compensação, complementado por um Plano de Restauração dos Meios de Subsistência.

No caso de projectos cujos detalhes não estejam ainda inteiramente definidos ou que incluam vários sub-projectos, é prática comum elaborar um Quadro da Política de Reassentamento (QPR) contendo as recomendações e protocolos a observar no processo de preparação do PR detalhado. Esclareça-se que, embora a Lei Moçambicana não mencione actualmente a necessidade de preparação de um QPR, este passo deve ser empreendido nos casos em que a compatibilidade plena com as boas práticas internacionais seja um requisito absoluto.

O presente QPR é parte integrante do Quadro de Gestão Ambiental e Social dos projectos PROLER e é válido para todos os sub-projectos a desenvolver (3 sub-projectos de energia solar e um sub-projecto de energia eólica). Cada sub-projecto, no entanto, deverá preparar o seu próprio Plano de Reassentamento e/ou Plano de Compensação. O QPR constitui o fundamento comum para efeitos do Licenciamento Ambiental de cada sub-Projecto.

## 2 CONTEXTO DO PROJECTO

A promoção do Programa de Leilão de Energias Renováveis (PROLER) pretende lançar as bases para o enquadramento técnico, financeiro e legal para o lançamento de projectos de energia renovável (solar e eólica) e desenvolver a capacidade das entidades públicas envolvidas no sector energético (MIREME, ARENE e EDM) de modo a que, uma vez terminado o PROLER, o Governo de Moçambique esteja em condições de gerir todos os aspectos relacionados com o lançamento e gestão de projectos de energia renovável.

O Programa é apoiado pela União Europeia através de uma doação de fundos a administrar pela Agência Francesa para o Desenvolvimento (AFD). Neste âmbito, o PROLER lançará concursos públicos para a construção de três centrais de energia solar (Dondo, Lichinga e Manje) e uma central eólica (Inhambane) ligadas à rede eléctrica nacional.

O Projecto-piloto será a construção de uma central de produção de energia solar no Dondo, Província de Sofala. A entidade contratante será o Ministério dos Recursos Minerais e Energia (MIREME) de Moçambique. Os detalhes do Projecto estão ainda em processo de finalização.

A descrição geral dos sub-projectos pode encontrar-se no Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS) preparado para o programa PROLER.

### 3 FINALIDADE E OBJECTIVOS DO QPR

O presente QPR tem por finalidade assegurar o alinhamento do Projecto com a legislação Moçambicana e as boas práticas internacionais relevantes para o processo de reassentamento e compensação. Especial ênfase será dada às recomendações contidas no Padrão de Desempenho 5 (PS5) do IFC e no Padrão Ambiental e Social 5 (ESS5) do Banco Mundial. O QPR destina-se igualmente a fornecer as indicações gerais a observar durante a preparação dos PRs/Planos de Compensação detalhados a elaborar no âmbito do PROLER. O principal objectivo do PR/Plano de Compensação é garantir que serão dados todos os passos necessários para salvaguardar os direitos das partes afectadas. De modo a facilitar a prossecução deste objectivo, o presente QPR contém indicações sobre os seguintes aspectos:

- Princípios e objectivos orientadores da preparação e implementação do reassentamento;
- Adopção de medidas para minimizar as situações de deslocação física e/ou económica de pessoas;
- Critérios de elegibilidade para beneficiar de medidas de reassentamento e/ou compensação;
- Censo e inventário patrimonial;
- Identificação de agregados e pessoas vulneráveis;
- Requerer ao Governo Distrital relevante a imposição de uma moratória após a conclusão do Censo e Inventário Patrimonial;
- Critérios para o desenho das casas de substituição;
- Selecção das áreas hospedeiras, em consulta com as comunidades afectadas;
- Estratégias para reposição de rendimentos;
- Plano de Acção do Reassentamento (PAR), detalhando as medidas de reassentamento e compensação;
- Medidas especiais de apoio para pessoas e grupos vulneráveis;
- Definição de mecanismos de reclamação e resolução de disputas;
- Participação comunitária e consulta pública no planeamento, implementação e monitoria do processo;
- Estrutura organizacional e responsabilidades de implementação, incluindo procedimentos para pagamento de compensação e outras medidas de apoio ao reassentamento;
- Monitoria e avaliação;
- Plano de implementação, ligando a implementação do reassentamento ao plano de obras; e
- Provisões para financiar o reassentamento, incluindo a preparação e revisão dos custos estimados, fluxos financeiros e contingências.

## 4 ENQUADRAMENTO LEGAL E REGULATÓRIO

De modo a assegurar a compatibilidade do PR com a legislação Moçambicana e as boas práticas internacionais, o seguinte quadro legal e regulatório deverá ser observado:

### 4.1 Legislação Moçambicana

A principal legislação Moçambicana relevante para o processo de reassentamento é a seguinte:

- Regulamento Sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental (Decreto 54/2015 de 31 de Dezembro);
- Regulamento sobre o Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (Decreto 31/2012 de 8 de Agosto);
- Regulamento Interno da Comissão Técnica para o Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento (Diploma Ministerial 155/2014, de 19 de Setembro);
- Directiva Técnica do Processo de Elaboração e Implementação de Planos de Reassentamento (Diploma Ministerial 156/2014 de 19 de Setembro);
- Directiva sobre o Processo de Expropriação para Efeitos de Ordenamento do Território (Diploma Ministerial 181/2010, de 3 de Novembro);
- Lei de Terras (Lei 19/97 de 1 de Outubro);
- Regulamento da Lei de Terras (Decreto 66/1998, de 8 de Dezembro, alterado pelo Decreto 1/2003, de 18 de Fevereiro);
- Lei de Protecção do Património Cultural (Lei 10/1988) e Regulamento sobre a Protecção do Património Arqueológico (Decreto 27/94 de 20 de Julho);
- Política de Ordenamento Territorial (Resolução 18/2007 de 30 de Maio);
- Lei da Energia (Lei 21/97 de 1 de Outubro).

A Tabela abaixo contém um breve resumo da legislação mencionada e da sua aplicabilidade ao processo de reassentamento.



Tabela 1 Resumo da Legislação relevante

Legislação	Relevância
<b>Regulamento Sobre o Processo de Avaliação do Impacto Ambiental (Decreto 54/2015 de 32 de Dezembro)</b>	<p>O Decreto 54/2015 estabelece os procedimentos para a obtenção da Licença Ambiental, como pré-requisito para a implementação de um projecto. No caso de projectos envolvendo reassentamento, a Licença Ambiental de Instalação só será concedida após aprovação do Plano de Reassentamento (Art.20.1.b) e a Licença Ambiental de Operação só será emitida após verificação da implementação do reassentamento (Art. 20.1.c).</p> <p>O Decreto estipula igualmente que, no caso de projectos que impliquem reassentamento, deve ser elaborado um Relatório de Levantamento Físico e Socioeconómico (RLFSE) que será entregue como Anexo do relatório de EIA (Art. 11.2.p.). A preparação do RLFSE deve seguir as indicações contidas na Directiva Técnica do Processo de Elaboração e Implementação de Planos de Reassentamento (Diploma Ministerial 156/2014).</p> <p>O Decreto menciona ainda que, no âmbito da preparação do RLFSE, é necessária Consulta Pública. Uma vez que é igualmente necessária Consulta Pública durante o processo de EIA, o RLFSE é apresentado numa das reuniões de Consulta Pública do EIA.</p>
<b>Regulamento Sobre o Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (Decreto 31/2012 de 8 de Agosto)</b>	<p>De acordo com este Regulamento, a preparação e aprovação do Plano de Reassentamento é uma pré-condição para a obtenção da Licença Ambiental (Capítulo II, Secção I, Art. 15.1). O Regulamento define o modelo de reassentamento em termos de tipo de casa (Capítulo II, Secção I, Art. 16.1 a 16.3) e a tipologia do talhão habitacional (Capítulo II, Secção II, Art. 18.1). Prescreve igualmente as regras para Consulta Pública (mínimo de 4 reuniões, devidamente publicitadas tal como indicado, no Capítulo II, Secção III, Art. 23). A aprovação do Plano de Reassentamento é da responsabilidade do Governo Distrital relevante (Capítulo I, Art. 9). A responsabilidade pela supervisão do processo de reassentamento pertence a uma Comissão Técnica, constituída nos termos do Capítulo I, Art. 6 do Regulamento.</p>
<b>Regulamento Interno da Comissão Técnica para o Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento (Diploma Ministerial 155/2014, de 19 de Setembro)</b>	<p>Regula e detalha o âmbito de intervenção da Comissão Técnica para o Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento.</p>

<p><b>Directiva Técnica do Processo de Elaboração e Implementação de Planos de Reassentamento</b> (Diploma Ministerial 156/2014 de 19 de Setembro)</p>	<p>Regula e detalha o processo de preparação de Planos de Reassentamento, o qual deve ser conduzido em três fases, nomeadamente:</p> <p><b>Fase 1</b> – Preparação do Relatório de Levantamento Físico e Socioeconómico (RLFSE). Este documento é preparado em simultâneo com o EIA e inclui os TdR para o documento da Fase 2 (Plano de Reassentamento);</p> <p><b>Fase 2</b> – Elaboração do Plano de Reassentamento em si. Esta fase começa após aprovação do EIA e RLFSE e inclui, entre outros aspectos, a realização do Censo e Inventário Patrimonial, a criação da base de dados do Censo, a criação do comité representativo dos afectados, o processo de selecção da área hospedeira, a implementação do mecanismo de reclamações e resolução de disputas, a negociação dos pacotes de compensação, a produção de plantas de pormenor das casas de substituição e da aldeia de reassentamento (incluindo infraestruturas sociais) e a preparação do Plano de Restauração dos Meios de Subsistência.</p> <p><b>Fase 3</b> – Preparação do Plano de Acção para a Implementação do Reassentamento (consiste basicamente em orçamentação e calendarização de actividades de implementação).</p>
<p><b>Directiva sobre o Processo de Expropriação para Efeitos de Ordenamento do Território</b></p>	<p>A aplicação do Diploma Ministerial 181/2010 requer declaração prévia de interesse público (Art. 2.1). Embora indicando a necessidade de compensação pela expropriação, a Directiva descreve um processo puramente administrativo. Uma vez que a preparação de um Plano de Reassentamento e/ou Compensação é, por definição, um processo participativo e negocial (requerendo a representação dos afectados através de comités e a sua participação em todas as fases do processo), as indicações contidas nas leis sobre o reassentamento e os métodos de compensação tradicionalmente usados no reassentamento devem ser preferidos sempre que possível.</p>
<p><b>Lei de Terras</b> (Lei 19/97 de 1 de Outubro)</p>	<p>De acordo com esta Lei toda a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, transferida, hipotecada ou onerada de qualquer modo (Artigo 2). O acesso à terra por indivíduos ou entidades legais é obtido através da aquisição de direitos de uso e aproveitamento da terra (DUATs). A Lei reconhece igualmente os direitos de ocupação e uso da terra através das práticas tradicionais ou por ocupação por cidadãos moçambicanos (independentemente do género) e comunidades locais (Artigo 2, Secções 9 e 12). Assim, a ausência de título formal (DUAT) emitido pelos registos cadastrais não implica a perda de quaisquer direitos sobre a terra. A Lei prevê ainda a revogação dos direitos sobre a</p>

	terra, por motivos de interesse público, mediante justa compensação (Artigo 18b). Na prática, a compensação é normalmente discutida com os interessados e guiada pelas boas práticas internacionais, tais como o PS5 da IFC. A compensação por perda de culturas e árvores de fruta são normalmente baseadas em valores estabelecidos pelo Ministério da Agricultura.
<b>Regulamento da Lei de Terras Decreto 66/1998, de 8 de Dezembro, alterado pelo Decreto 1/2003, de 18 de Fevereiro)</b>	O Regulamento da Lei de Terras reconhece especificamente a legitimidade dos direitos obtidos de ocupação de boa-fé por comunidades locais e por cidadãos Moçambicanos estabelecidos na terra por mais de 10 anos.
<b>Política de Ordenamento Territorial (Resolution 18/2007 de 30 de Maio)</b>	A Política visa garantir que os novos investimentos resultem em benefícios directos quer para o Proponente quer para as comunidades locais, considerando essencial a promoção de novas oportunidades de desenvolvimento nas áreas rurais. Estipula também a observância das normas de ordenamento no planeamento das aldeias de reassentamento.
<b>Lei de Protecção do Património Cultural (Lei 10/1988) e Regulamento sobre a Protecção do Património Arqueológico (Decreto 27/94 de 20 de Julho);</b>	A Lei protege monumentos e locais com significado histórico e cultural, incluindo locais sagrados e cemitérios. Estipula ainda que, quando aplicável, sejam empreendidos trabalhos de salvaguarda arqueológica nas áreas alocadas a projectos (Art. 2).
<b>Lei da Energia (Lei 21/97 de 1 de Outubro)</b>	Estipula as obrigações dos proponentes de projectos de produção e transporte de electricidade, incluindo a obrigação de pagar compensação por quaisquer expropriações (Artigo 16). Regula ainda os direitos de uso da terra nas zonas de protecção parcial (Artigo 29).

A actual legislação Moçambicana sobre o reassentamento não menciona a necessidade de elaborar um QPR. No entanto, e de modo a cumprir os requisitos exigidos pelas entidades financiadoras, torna-se necessário alinhar a gestão do reassentamento involuntário em Moçambique com as boas práticas internacionais, tais como os Padrões de Desempenho (PS5) da *International Finance Corporation* (IFC), o Quadro Ambiental e Social do Banco Mundial (ESS5) e as recomendações contidas nos Princípios do Equador.

Assim, quando os detalhes de um dado projecto ainda não estão inteiramente definidos, é prática corrente preparar e submeter a aprovação, como anexo do relatório do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), um QPR contendo os princípios orientadores e protocolos a observar na preparação do futuro Plano de Reassentamento. Uma vez aprovado, o QPR torna-se um documento legalmente vinculativo.

## 4.2 Questões legais relevantes

### 4.2.1 Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT)

De acordo com a Lei Moçambicana, toda a terra pertence ao Estado e não pode ser vendida, transferida, hipotecada ou penhorada (Lei de Terras, Artigo 3). A Lei de Terras é completada pelo Regulamento da Lei de Terras, promulgado em 1998 (Decreto 66/98), o qual regula a implementação da Lei de Terras nas áreas rurais. O Regulamento reconhece o direito dos cidadãos Moçambicanos (independentemente do género), pessoas legais e comunidades locais a usar a terra, e reconhece a legitimidade da ocupação de terra através dos moldes tradicionais por indivíduos ou comunidades (Secção 9), bem como os direitos derivados da ocupação de terra por cidadãos Moçambicanos, quando essa ocupação for de boa-fé e se estenda por mais de 10 anos (Artigo 10). Assim, a ausência de título formal (DUAT) emitido pelos serviços cadastrais não implica qualquer perda de direitos sobre a terra.

É provável que a maioria dos residentes na área do Projecto não tenham um título de DUAT formal sobre a terra que ocupam, pelo que os seus direitos terão sido estabelecidos através do direito costumeiro e das estruturas tradicionais ou comunitárias. É também possível que alguns indivíduos ou entidades legais tenham adquirido DUATs formais para uso e aproveitamento de terra. O direito de uso e aproveitamento de terra para actividades económicas é concedido por um período máximo de 50 anos, sendo renovável por igual período a pedido da parte interessada (Artigo 17). O direito de uso e aproveitamento de terra por ocupação nos moldes tradicionais, pelo contrário, não tem quaisquer limites temporais (Art.17-2).

### 4.2.2 Perda de direitos sobre a terra

O direito de uso e aproveitamento de terra pode ser revogado por motivos de interesse público, mediante pagamento de justa compensação (Diploma Ministerial 181/2010, Artigo 18). A Lei, no entanto, não explicita os procedimentos necessários para a anulação desses direitos e não clarifica a possibilidade de apelo contra a sua revogação.

### 4.2.3 Compensação por perdas

Embora indicando a necessidade de compensação para expropriações efectuadas por motivos de interesse público, a Lei Moçambicana não detalha os princípios a serem observados em termos de adequação da compensação, critérios de elegibilidade e tipos de compensação. Assim, e na prática, em caso de reassentamento involuntário o Diploma Ministerial 181/2010 (que descreve um processo puramente administrativo e, como tal, insuficiente por natureza para regular um processo participativo como é o reassentamento) não é utilizado e as medidas de compensação são norteadas pelas recomendações contidas nas boas práticas internacionais e na legislação nacional sobre o reassentamento e discutidas com as partes afectadas.

Não existem provisões legais explícitas sobre o direito de apelo por parte das pessoas afectadas pelo Projecto (PAPs) em relação às medidas de reassentamento e compensação. Trata-se, no entanto, de um direito reconhecido e como tal deve ser incluído nos mecanismos de reclamação e resolução de disputas a implementar pelo Projecto no âmbito do PAR.

#### 4.2.4 Aprovação do PAR

Nos termos do Decreto 31/2012, a aprovação do PAR é da responsabilidade do Governo do Distrito relevante (Art. 9.1), mediante declaração de conformidade emitida pela entidade responsável pela área do ordenamento do território (Art. 9.2). Qualquer adaptação ou desvio a este procedimento deve ser validado pela Comissão Técnica para o Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento.

Nos casos em que um Projecto se insira numa área municipal, a aprovação do PAR será feita pelo Governo do Distrito no qual a municipalidade se insere, dado que, pela letra da Lei, o Governo Distrital é o órgão competente para a aprovação de Planos de Reassentamento. Recomenda-se, no entanto, uma forte participação do município, incluindo a inclusão de representantes da municipalidade na Comissão Distrital de Reassentamento.

#### 4.2.5 Responsabilidade pela implementação do PAR

Nos termos do Regulamento Sobre o Reassentamento Resultante de Actividades Económicas (Decreto 31/2012 de 8 de Agosto) a responsabilidade pela elaboração e implementação do PAR pertence ao Proponente (Capítulo I, Art. 11a), o qual é igualmente responsável por suportar todos os custos associados ao processo (Capítulo I, Art. 11d).

### 4.3 Boas Práticas Internacionais

O presente QPR foi elaborado em conformidade com as metodologias, normativos, recomendações e princípios internacionalmente reconhecidos, nomeadamente o Padrão de Desempenho 5 (PS5, sobre Reassentamento Involuntário) da International Finance Corporation (IFC) e as recomendações do Banco Mundial sobre aquisição de terra, restrições ao uso da terra e Reassentamento Involuntário (ESS5).

#### 4.3.1 Padrão de Desempenho 5 (PS5) da IFC

A IFC desenvolveu um conjunto de Padrões de Desempenho para a sustentabilidade ambiental e social. Estes Padrões constituem, geralmente, a base para projectos que beneficiam de financiamento internacional e são considerados uma referência em termos de boas práticas ambientais e sociais.

Através do Padrão de Desempenho nº 5 (relativo a Aquisição de Terra e Reassentamento Involuntário, cuja última revisão data de 1 de Janeiro de 2012), a IFC apresenta um conjunto de directivas para o reassentamento. O parágrafo 16 do PS5 estipula que o Proponente do projecto deve elaborar um Plano de Reassentamento ou, quando se justifique, um Quadro da Política de Reassentamento compatível, no mínimo, com os requisitos do referido Padrão de Desempenho. De acordo com o parágrafo 19, o Plano de Reassentamento deverá ser norteado pelos seguintes objectivos:

- Evitar ou minimizar o reassentamento involuntário explorando todas as alternativas viáveis e, caso o reassentamento seja inevitável, minimizar e mitigar os seus impactos negativos;
- Identificar oportunidades para o desenvolvimento;
- Definir o Quadro de Direitos a aplicar para cada categoria de pessoas afectadas (incluindo, se aplicável, as comunidades hospedeiras), com particular atenção para as necessidades de pessoas e grupos vulneráveis.

Como parte da planificação do processo de reassentamento, o Proponente deve definir o estatuto de pessoas afectadas e/ou deslocadas através do engajamento com as comunidades afectadas e da realização de um Censo e Inventário Patrimonial, incluindo a recolha de informação socioeconómica relevante. Este exercício destina-se a:

- Identificar as pessoas directamente afectadas pelo projecto;
- Compreender as suas condições de vida e meios de subsistência, de modo a restaurá-las e a prevenir o empobrecimento das comunidades afectadas;
- Determinar quem é elegível para medidas de reassentamento e compensação; e
- Desencorajar o influxo oportunista de pessoas para a área do projecto (parágrafo 11).

O Padrão de Desempenho 5 da IFC refere ainda a necessidade de se cumprir, entre outros, os seguintes requisitos:

- Compensar as Pessoas deslocadas (PDs) em espécie ou monetariamente, conforme aplicável (parágrafo 9):
  - “Quando os meios de subsistência das pessoas deslocadas são baseados na terra, ou quando a terra é propriedade colectiva, o cliente proporcionará aos deslocados, sempre que possível, terra de substituição...”
- Criar condições para que as PDs beneficiem de oportunidades de desenvolvimento (parágrafo 9);
- Assegurar a disseminação de informação sobre o Projecto, de modo a facilitar a participação das pessoas/comunidades afectadas no processo decisório (parágrafo 10);
- Implementar mecanismos de reclamação e resolução de disputas (parágrafo 11);
- Garantir a melhoria das condições de vida das PDs nas respectivas áreas hospedeiras (parágrafo 20); e
- Assegurar que o Projecto apenas tome posse da terra e dos bens nela existentes depois da efectiva atribuição das devidas compensações, terras de substituição e apoios para a mudanças às pessoas deslocadas.

#### **4.3.2 Recomendações do Banco Mundial sobre Aquisição de Terra, Restrições ao Uso da Terra e Reassentamento Involuntário**

No caso de projectos financiados pelo Banco Mundial que causem deslocação involuntária de pessoas ou comunidades, o Banco requer a implementação plena do seu Padrão Ambiental e Social 5 (ESS5), como pré-requisito para a aprovação do financiamento. Os objectivos do ESS5 são os seguintes:

- Evitar o reassentamento involuntário ou, quando isso não for possível, minimizar as necessidades de reassentamento explorando alternativas ao desenho do projecto;
- Evitar a deslocação forçada de pessoas.
- Mitigar os impactos sociais e económicos negativos resultantes da aquisição de terra ou das restrições ao uso da terra através de: (a) concessão de compensação atempada e a preço de mercado por perda de bens (b) assistência às pessoas deslocadas para promover a melhoria ou, pelo menos, a reposição das suas condições de vida para o nível anterior à sua deslocação ou para o nível anterior ao início do projecto, conforme seja mais vantajoso
- Melhorar as condições de vida das pessoas pobres ou vulneráveis afectadas por deslocação física, através da concessão de habitação adequada, acesso a serviços e segurança dos seus direitos de propriedade.
- Conceber e executar o reassentamento como um programa de desenvolvimento sustentável, garantindo o investimento suficiente para permitir que as pessoas deslocadas possam beneficiar directamente do projecto, consoante a natureza do projecto possa permitir.

- Assegurar que as actividades de reassentamento são planeadas e implementadas de modo transparente, garantindo a disseminação de informação apropriada, a consulta e a participação informada dos afectados.

O ESS5 é aplicável às situações de deslocação física e/ou económica de pessoas, permanente ou temporária, que resulte dos seguintes tipos de aquisição de terra ou de restrição ao seu uso impostos pela implementação de um projecto:

1. Direitos sobre a terra ou direitos de uso de terra adquiridos ou restringidos através de expropriação quaisquer outros procedimentos compulsivos executados de acordo com a lei nacional em causa;
2. Direitos sobre a terra ou direitos de uso de terra adquiridos ou restringidos através de acordo negociado com os proprietários ou detentores de direitos legais sobre a terra, caso a impossibilidade de chegar a acordo tenha resultado em expropriação ou outro procedimento compulsório;
3. Restrições no uso da terra e no acesso a recursos naturais que impliquem que uma comunidade ou parte dela percam acesso a recursos sobre os quais tenham direitos tradicionais ou costumeiros reconhecidos. Isto inclui situações nas quais florestas, áreas de biodiversidade ou zonas tampão sejam criadas no âmbito de um projecto;
4. Relocação de pessoas sem direitos (formais, tradicionais ou outros) reconhecidos, que ocupem ou utilizem terra antes da imposição de uma moratória relativa a um dado projecto;
5. Deslocação de pessoas, em resultado da implementação de um projecto, que tornem o acesso dessas pessoas às suas terras difícil ou impraticável;
6. Restrição no acesso à terra ou no uso de propriedade comunitária ou recursos naturais tais como recursos aquáticos e marinhos, madeira e outros produtos florestais, água potável, plantas medicinais, caça, áreas de pastagem ou de colecta.

O ESS5 estipula ainda a necessidade de garantir, entre outros, os seguintes requisitos:

- Assegurar compensação justa e completa às pessoas afectadas (parágrafos 12 to 16);
- Assegurar a participação comunitária (parágrafos 17 and 18);
- Estabelecimento de um mecanismo de reclamação (parágrafo 19).

É igualmente recomendada a preparação de um Plano de Restauração dos Meios de Subsistência para ajudar as pessoas deslocadas a adaptar-se às novas condições produtivas no período pós-reassentamento (parágrafo 33).

Detalhes sobre a preparação de um Plano de Reassentamento podem ser encontrados no Anexo 1 do SS5.

#### **4.4 Lacunas entre a Lei Moçambicana e as boas práticas internacionais**

A actual legislação Moçambicana sobre reassentamento involuntário foi inspirada, em larga medida, pelos normativos das boas práticas internacionais e é, por conseguinte, consistente com as recomendações com as recomendações da IFC e do BM, que constituem referências largamente reconhecidas. As semelhanças incluem:



- Ênfase na visão do reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento e na assistência aos afectados para melhorarem os seus padrões de vida e de subsistência;
- A necessidade de assegurar habitação melhorada e medidas de restauração dos meios de subsistência e não apenas compensação monetária;
- Provisões para compensação em espécie (por exemplo, terra por terra e casa por casa) e compensação monetária;
- Ênfase na provisão de terra agrícola de qualidade equivalente, acesso aos recursos naturais e outras formas de assistência no âmbito da restauração dos meios de subsistência;
- Procedimentos similares, incluindo a exigência de censo, inventário patrimonial, inquérito socioeconómico, identificação de impactos e medidas de mitigação e obrigatoriedade de preparação e aprovação de um Plano de Reassentamento antes de qualquer deslocação de pessoas;
- Ênfase na disseminação de informação e no direito das partes afectadas e interessadas à informação sobre o processo de reassentamento e sobre as decisões que afectem o seu futuro;
- Exigência de evitar ou minimizar os impactos sobre bens culturais;
- Exigência de um mecanismo de reclamação e resolução de conflitos entre os afectados e o Projecto;
- Exigência de acções de monitoria e avaliação.

Existem, no entanto, algumas lacunas relevantes, nomeadamente:

- Ausência da qualquer menção à imposição de uma moratória;
- Ausência de indicação clara da necessidade de minimizar, tanto quanto possível, a necessidade de reassentamento;
- Ausência de directivas claras em relação a situações que envolvam apenas deslocação económica;
- Ausência da menção de procedimentos específicos a observar no caso de projectos lineares (linhas de transmissão, vias férreas, estradas etc).

Há igualmente algumas áreas em que as exigências dos padrões internacionais são mais rigorosas do que as contidas na legislação Moçambicana, nomeadamente:

- Necessidade de consulta informada e participação efectiva das comunidades afectadas (incluindo as comunidades hospedeiras) e de grupos marginalizados ou vulneráveis (mulheres, crianças, idosos, deficientes) que não se resume às reuniões públicas e à acção dos comités representativos instituídos pelo Governo;
- Uma definição assente em critérios de desempenho prático de casas de substituição adequadas, avaliadas em termo de qualidade, segurança, dimensões, número de divisões, possibilidade de manutenção efectiva, adequação cultural, segurança na propriedade, e adequação da localização. (Em comparação, o Decreto de Reassentamento é muito prescritivo sobre as dimensões e tipologia da casa de substituição, talhões habitacionais e tipo de infraestruturas de apoio a conceder, não considerando modelos alternativos para comunidades que possam preferir desenhos baseados em padrões de ocupação e de utilização comunais);
- A recomendação clara de implementar medidas diferenciadas para pessoas vulneráveis para assegurar que os impactos negativos não afectam desproporcionalmente essas pessoas e que elas não sejam prejudicadas na partilha dos benefícios e oportunidades do desenvolvimento (esta recomendação vai além da recomendação do Decreto e da Directiva Técnica sobre o reassentamento no sentido de recolher dados sobre estas pessoas e assegurar a sua representação no processo de consulta);



- Meios de reclamação acessíveis e que garantam consulta, resposta efectiva e, quando aplicável, acesso à justiça apropriado;
- A necessidade de a compensação ser feita a custo de substituição completa, isto é, sem depreciação pela idade do bem.

É importante enfatizar que a actual legislação sobre o reassentamento se encontra em processo de revisão e, uma vez que as empresas de consultoria e outros parceiros foram chamados a pronunciar-se, se espera que estas questões sejam contempladas.

A Tabela seguinte mostra uma análise comparativa das principais questões relativas ao reassentamento, tal como referidas na Lei Moçambicana e nas recomendações da IFC e Banco Mundial.

Tabela 2 Análise de lacunas

Questão	Lei Moçambicana	IFC (PS5)	BM (ESS5)	Lacunas/ resolução proposta
Deslocação física ou deslocação física e económica	<p>Preparação de planos de reassentamento regulada pelo Decreto 31/2012 e clarificada pelos Diplomas Ministeriais 155/2014 e 156/2014.</p> <p>O processo inclui 3 fases distintas, nomeadamente:</p> <p><b>Fase 1</b> – Preparação do Relatório de Levantamento Físico e Socioeconómico (RLFSE). Este documento é preparado em simultâneo com o EIAS e inclui os TdR para o documento da Fase 2 (o Plano de Reassentamento);</p> <p><b>Fase 2</b> – Consiste na elaboração do PR <i>per se</i> e inicia-se após a aprovação do EIAS e do RLFSE. Esta Fase inclui, entre outros aspectos, a condução de um Censo e Inventário Patrimonial detalhado, a criação de uma base de dados do Censo, a criação de um Comité representativo dos afectados, a selecção da área hospedeira, a implementação de um mecanismo de reclamação e resolução de disputas, a negociação do pacote de</p>	<p>Em caso de deslocação física, o projecto desenvolverá um Plano de Acção de Reassentamento que cubra, no mínimo, os requisitos aplicáveis do PS5 independentemente do número de pessoas afectadas. Isto inclui compensação a custo integral de mercado pela terra e outros bens perdidos. O Plano será concebido para mitigar os impactos negativos da deslocação, identificar oportunidades de desenvolvimento, desenvolver um orçamento e um calendário para o reassentamento e estabelecer um Quadro de direitos para todas as categorias de pessoas afectadas (incluindo as comunidades hospedeiras). O Proponente documentará todas as transacções para aquisição de direitos sobre a terra, bem como as medidas de compensação e actividades de realojamento.</p>	<p>Em caso de deslocação física, o Proponente desenvolverá um Plano de Acção de Reassentamento que cubra, no mínimo, os requisitos aplicáveis do ESS5 independentemente do número de pessoas afectadas. O plano será concebido para mitigar os impactos negativos da deslocação, identificar oportunidades de desenvolvimento, desenvolver um orçamento e um calendário para o reassentamento e estabelecer um Quadro de direitos para todas as categorias de pessoas afectadas incluindo as comunidades hospedeiras. Deverá ser prestada especial atenção às questões de género e às situações de pobreza e vulnerabilidade. O Proponente documentará todas as transacções para aquisição de direitos sobre a terra, bem como as medidas de</p>	<p>Não existem lacunas significativas. Deverá ser seguido o processo prescrito pela Lei Moçambicana, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Elaboração do Relatório de Levantamento Físico e Socioeconómico;</li> <li>b) Elaboração do Plano de Reassentamento;</li> <li>c) Elaboração do Plano de Acção para a Implementação do Reassentamento.</li> </ul>

Questão	Lei Moçambicana	IFC (PS5)	BM (ESS5)	Lacunas/ resolução proposta
	<p>compensação, a produção das plantas das casas de substituição e da aldeia de reassentamento (incluindo as infraestruturas sociais) e a preparação de um Plano de Restauração dos Meios de Subsistência.</p> <p><b>Fase 3</b> – Preparação do Plano de Acção para a Implementação do Reassentamento (o qual consiste, basicamente, na orçamentação e calendarização das actividades).</p>		compensação e actividades de realojamento.	
Deslocação económica apenas	A Lei Moçambicana não contém indicações específicas.	No caso de projectos envolvendo apenas deslocação económica, o Proponente desenvolverá um Plano de Restauração dos Meios de Subsistência de modo a compensar as pessoas e as comunidades afectadas, bem como outras medidas de assistência necessárias para cumprir os objectivos deste Padrão de Desempenho. O Plano de Restauração dos Meios de Subsistência estabelecerá os direitos das pessoas e comunidades afectadas e garantirá que esses direitos são atribuídos de modo transparente,	No caso de projectos que afectem modos de subsistência ou de geração de rendimento, o Plano a desenvolver pelo Proponente deverá incluir medidas que permitam aos afectados melhorar ou, pelo menos, restaurar os seus meios de rendimento e condições de vida. O Plano estabelecerá os direitos das pessoas e comunidades afectadas, devendo prestar especial atenção aos aspectos de género e às necessidades dos segmentos mais vulneráveis da	<p>Deverão ser aplicadas as boas práticas internacionais. Recomenda-se a preparação de um Plano de Compensação e de um Plano de Restauração dos Meios de Subsistência em conformidade com o ESS5.</p> <p>Estes Planos deverão ser baseados em informação socioeconómica de base actualizada e orientados pelas prioridades articuladas pelas comunidades afectadas através de processo de consulta.</p>

Questão	Lei Moçambicana	IFC (PS5)	BM (ESS5)	Lacunas/ resolução proposta
		consistente e equitativo. A mitigação da deslocação económica será considerada completa quando as pessoas ou comunidades afectadas tiverem recebido compensação e outra assistência prevista no Plano de Restauração dos Meios de Subsistência.	comunidade, assegurando que estes direitos são atribuídos de modo transparente, consistente e equitativo. O Plano deverá incorporar provisões para monitorar a efectividade das medidas de restauração dos meios de subsistência durante a execução, bem como provisões para avaliação após implementação. A mitigação da deslocação económica será considerada completa após auditoria final concluindo que as pessoas ou comunidades afectadas receberam toda a assistência para a qual eram elegíveis e tiveram oportunidade adequada para restaurar os seus meios de subsistência.	
Evitar ou minimizar, sempre que possível, as necessidades de reassentamento involuntário, ajustando, se necessário, o desenho do projecto.	Questão não mencionada na Lei Moçambicana.	Evitar o reassentamento involuntário ou, quando inevitável, minimizá-lo, explorando alternativas ao desenho do projecto.	Sempre que possível, o reassentamento involuntário deve ser evitado e, se inevitável, minimizado, explorando alternativas ao desenho do projecto. Além disso, o Proponente não recorrerá ao despejo forçado de pessoas afectadas.	A Lei Moçambicana não refere, directa ou indirectamente, a necessidade de evitar ou minimizar o reassentamento. Neste caso, devem aplicar-se as boas práticas internacionais, considerando, se necessário, modificações ao desenho do projecto para eliminar ou reduzir a deslocação física de pessoas.

Questão	Lei Moçambicana	IFC (PS5)	BM (ESS5)	Lacunas/ resolução proposta
Atribuição de direitos	São elegíveis para medidas de reassentamento e compensação os detentores de DUATs formais e os detentores de direitos tradicionais sobre a terra. A necessidade de recensear as pessoas que utilizam talhões de terra próprios ou alugados é referida pelo Diploma Ministerial 156/2014, mas não se estatui expressamente o seu direito a compensação.	As pessoas deslocadas podem ser classificadas como (i) detentores de título formal sobre a terra que ocupam e bens associados; (ii) pessoas sem direitos formais mas com outros direitos reconhecidos pela lei nacional; ou (iii) ocupantes sem quaisquer direitos formais ou tradicionais reconhecidos. O Censo deverá estabelecer o estatuto das pessoas deslocadas.	As pessoas deslocadas podem ser classificadas como (i) detentores de título formal sobre a terra que ocupam e bens associados; (ii) pessoas sem direitos formais mas com outros direitos reconhecidos pela lei nacional; ou (iii) ocupantes sem quaisquer direitos formais ou tradicionais reconhecidos. O Censo deverá estabelecer o estatuto das pessoas deslocadas.	Deverão ser aplicadas as boas práticas internacionais.  As pessoas afectadas que ocupem ou utilizem terra ou outros recursos, incluindo pessoas instaladas ou exercendo actividades económicas em zonas de protecção parcial, antes da imposição da moratória, serão elegíveis para medidas de compensação e assistência. Isto é aplicável para compensação em espécie e/ou monetária, incluindo terra de substituição e programas de restauração dos meios de subsistência.
Pessoas/grupos vulneráveis	Mapeamento de situações de vulnerabilidade durante o Censo prescrito pelo Diploma Ministerial 156/2014. Criação de grupos de trabalho para análise de questões relacionadas com grupos sociais específicos (incluindo mulheres, portadores de deficiência e idosos) é também mencionado (Art. 4.1).	Deverá ser prestada especial às necessidades das pessoas pobres e vulneráveis.	O Censo deverá identificar e recolher informação sobre pessoas e grupos vulneráveis, para os quais devem ser estudadas medidas especiais de apoio.	Necessidade de medidas especiais de apoio para pessoas e grupos vulneráveis não expressamente mencionada na Lei Moçambicana. Deverão ser aplicadas as boas práticas internacionais.  Implementação de medidas especiais de apoio para grupos vulneráveis, incluindo mulheres chefes de família, de modo a assegurar que os impactos negativos não os atinjam de modo desproporcional e que esses grupos não sofram qualquer desvantagem no acesso às oportunidades e benefícios do desenvolvimento.

Questão	Lei Moçambicana	IFC (PS5)	BM (ESS5)	Lacunas/ resolução proposta
Compensação por perda de habitação	O Decreto 31/2012 de 8 de Agosto estipula que a perda de habitação deve ser compensada em espécie, definindo que as casas de reassentamento devem ser casas de tipo 3, de construção moderna e com uma área mínima de 70 metros quadrados.	O Projecto oferecerá a escolha entre uma casa de substituição com valor e características iguais ou superiores, segurança de posse e localização vantajosa ou compensação monetária, quando apropriado. A compensação monetária deve ser suficiente para cobrir o valor da terra e habitação perdidas a pleno valor de mercado. Deverá ser dada preferência à compensação em espécie.	No caso de pessoas fisicamente deslocadas, o Proponente oferecerá a escolha entre propriedade de substituição de valor igual ou superior, com segurança de posse, com características equivalentes ou superiores e localização vantajosa ou compensação monetária a pleno valor de mercado. Deverá ser dada preferência à compensação em espécie.	<p>A legislação nacional deve ser aplicada, dado que no contexto social Moçambicano a compensação em espécie garante mais segurança do que a compensação monetária.</p> <p>Contudo, as orientações das boas práticas internacionais deverão ser tidas em conta no que respeita aos seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Concessão de assistência à mudança, de acordo com as necessidades de cada grupo de pessoas deslocadas;</li> <li>• Assistência no processo de segurança de posse para ambos os cônjuges;</li> <li>• Concessão de alocação de fundos para transporte e pagamento temporário de renda, se relevante.</li> <li>• Os locais de reassentamento deverão oferecer condições de vida pelo menos equivalentes às previamente gozadas pelos deslocados ou consistentes com os padrões mínimos exigíveis, conforme a melhor alternativa.</li> </ul>

Questão	Lei Moçambicana	IFC (PS5)	BM (ESS5)	Lacunas/ resolução proposta
				<ul style="list-style-type: none"> <li>As comunidades hospedeiras deverão ser consultadas sobre as opções de planeamento e o plano de reassentamento deverá garantir a continuidade de acesso dessas comunidades, pelo menos ao nível anterior, a infraestruturas sociais e serviços.</li> <li>As preferências dos deslocados relativamente à sua relocação em comunidades pré-existentes deverá ser respeitada sempre que possível e devidamente documentada.</li> </ul>
Princípios para a compensação por perda de terra ou restrições no acesso à terra.	Reproduzindo um princípio constitucional, a Lei de Terras (Lei 19/97) declara que toda a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, hipotecada ou alienada de qualquer outro modo. A compensação por perda de acesso à terra deve ser feita em espécie.	O Proponente oferecerá a opção de terra de substituição de qualidade igual ou superior, segurança de posse e localização adequada ou compensação monetária quando apropriado. Deverá ser dada preferência à compensação em espécie. A compensação monetária deve ser suficiente para cobrir o valor da terra e benfeitorias nela existentes a pleno valor de mercado.	Deverá ser dada preferência à compensação em espécie. No entanto, as pessoas afectadas poderão escolher entre compensação em espécie e compensação monetária a pleno valor de mercado. Se for demonstrado que não existe terra de substituição disponível, o Proponente oferecerá às pessoas economicamente deslocadas opções para oportunidade de rendimento alternativas, tais	Deve ser aplicada a legislação nacional. Contudo, em caso de indisponibilidade de terra de substituição, não existem disposições legais proibindo a compensação monetária a pleno valor de mercado por perda de direitos de uso de terra. Como qualquer outra excepção à regra geral, no entanto, esta alternativa deve ser previamente discutida e aprovada pela Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento.

Questão	Lei Moçambicana	IFC (PS5)	BM (ESS5)	Lacunas/ resolução proposta
			como facilidades de crédito, formação profissional, ajuda ao lançamento de negócios, oportunidades de emprego ou assistência financeira adicional à compensação por perda de bens. A assistência financeira por si só, no entanto, é frequentemente ineficaz em proporcionar às pessoas afectadas a aquisição dos meios produtivos e das capacidades necessárias para restaurar as suas condições de vida.	Adicionalmente, a indisponibilidade de terra de substituição deve ser previamente demonstrada.
Princípios para a compensação por perda de bens não fundiários.	<p>A legislação Moçambicana sobre o reassentamento (Decreto 31/2012 e Diplomas Ministeriais 155/2014 e 156/2014) foi elaborada tendo em vista a mitigação da deslocação de comunidades locais e a perturbação dos seus meios de subsistência e, como tal, não contém prescrições específicas para gerir perturbações causadas a empresas ou a realidades não baseadas na economia de subsistência.</p> <p>O Decreto 181/2010 (Art. 4.2.1), por sua vez, menciona a possibilidade de expropriação de imóveis dedicados à actividade industrial, comercial ou de serviços, mas não</p>	Nos casos em que a aquisição de terra ou a restrição ao seu uso afecte estruturas comerciais, os proprietários afectados serão compensados pelo custo de relocação do seu negócio noutro local, pela perda de rendimento durante o período de transição e pelos custos de transporte de máquinas ou quaisquer outros equipamentos.	<p>Nos casos em que a aquisição de terra ou a restrição ao seu uso afecte empresas comerciais, os proprietários serão compensados por:</p> <p>O custo de identificar uma localização alternativa viável;</p> <p>A perda de rendimento durante o período de transição;</p> <p>O custo de transferência e reinstalação da empresa e do seu equipamento e do restabelecimento da sua actividade;</p>	<p>Deverão ser aplicadas as boas práticas internacionais.</p> <p>As pessoas economicamente deslocadas sem direitos reconhecidos sobre a terra serão compensadas por perda de bens não fundiários (colheitas, sistemas de irrigação e outras benfeitorias) a valor total de mercado. Adicionalmente, deverão receber assistência financeira para restabelecer as suas condições de vida em local alternativo.</p>



Questão	Lei Moçambicana	IFC (PS5)	BM (ESS5)	Lacunas/ resolução proposta
	contém critérios específicos para o cálculo do valor dessas instalações.		Os empregados afectados receberão compensação pela perda temporária de salário e, se necessário, assistência na identificação de oportunidades de emprego alternativas.	
Envolvimento e participação pública e comunitária	<p>A Consulta Pública está prescrita no Artigo 23, Secção III, Capítulo II do Decreto 31/2012 e é detalhada no Diploma Ministerial 156/2014.</p> <p>São recomendadas quatro rondas de reuniões de Consulta Pública abertas, a saber:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Primeira reunião de consulta pública: no início do processo de reassentamento, após anúncio público de reassentamento pelo Governo;</li> <li>• Segunda reunião de consulta pública: apresentação e discussão das áreas hospedeiras;</li> <li>• Terceira reunião de consulta pública: apresentação do rascunho do Plano de Reassentamento;</li> </ul>	<p>As comunidades afectadas, incluindo as comunidades hospedeiras, serão envolvidas ao abrigo do processo de consulta pública descrito no Padrão de Desempenho 1 (PS1). Os processos decisórios relativos ao reassentamento e à restauração dos meios de vida devem incluir opções e alternativas sempre que possível. A disseminação de informação relevante e a participação das comunidades e pessoas afectadas deverá decorrer durante as fases de planeamento, implementação e avaliação do pagamento das compensações e das actividades de restauração dos meios de subsistência e de reassentamento, de modo a verificar a sua consistência com os objectivos do PS1.</p>	<p>O Proponente envolverá as comunidades afectadas, incluindo as comunidades hospedeiras, no processo de consulta pública descrito no ESS10. Os processos decisórios relativos ao reassentamento e à restauração dos meios de vida devem incluir opções e alternativas, podendo as pessoas afectadas escolher entre elas. A disseminação de informação relevante e a participação efectiva das comunidades e pessoas afectadas deverá ocorrer durante a consideração de alternativas ao desenho do projecto e, posteriormente, durante o planeamento, implementação, monitoria e avaliação do processo de compensação, das actividades de restauração dos meios de subsistência e do processo de relocação.</p>	<p>Não há lacunas significantes no respeitante à necessidade de consulta pública e participação comunitária durante os processos de reassentamento e compensação.</p> <p>Os processos decisórios deverão obedecer às recomendações do ESS5.</p> <p>Serão tomadas medidas específicas para garantir a participação efectiva de grupos vulneráveis.</p>

Questão	Lei Moçambicana	IFC (PS5)	BM (ESS5)	Lacunas/ resolução proposta
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Quarta reunião de consulta pública: apresentação do Plano de Reassentamento final.</li> </ul> <p>Para além destas acções de consulta pública, o Diploma Ministerial 156/2014 requer um processo contínuo de consulta comunitária em todas as fases do processo.</p>			
Imposição de moratória (Cut-off date)	Questão não mencionada.	Deverá ser acordada e declarada uma moratória após a finalização do Censo e Inventário Patrimonial. O Projecto não terá obrigação de compensar ou assistir pessoas que se fixem oportunisticamente na área do Projecto após a imposição da moratória.	Deverá ser acordada e declarada uma moratória após a finalização do Censo e Inventário Patrimonial. O Projecto não terá obrigação de compensar ou assistir quaisquer pessoas que se fixem oportunisticamente na área do Projecto após a imposição da moratória.	Deverão ser aplicadas as boas práticas internacionais. Após finalização do Censo deverá ser formalmente requerido, por carta, endereçada ao Governo Distrital relevante, o anúncio da moratória. Os líderes comunitários deverão ser solicitados a impedir, de modo activo, a fixação de forasteiros na área do Projecto
Procedimentos de reclamação e resolução de disputas	<p>Detalhado no Diploma Ministerial 156/2014.</p> <p>Embora o Artigo 4 deste Diploma se referira ao processo de participação e consulta públicas. Menciona igualmente a necessidade de um mecanismo de reclamações e gestão de conflitos como necessário ao processo de reassentamento, indicando ainda que a Comissão Técnica deverá tratar.</p>	O Projecto estabelecerá um mecanismo de reclamação e resolução de disputas o mais cedo possível após o seu arranque. Isto permitirá ao Proponente receber e resolver atempadamente problemas específicos relacionados com questões de compensação e reassentamento levantados por pessoas deslocadas ou membros de comunidades hospedeiras. O	O Projecto estabelecerá um mecanismo de reclamação e resolução de disputas o mais cedo possível após o seu arranque. Isto permitirá ao Proponente receber e resolver atempadamente problemas específicos relacionados com questões de compensação e reassentamento levantados por pessoas deslocadas (ou outras) Quando aplicável, esse	Não existem lacunas significativas. Deverão ser garantidos procedimentos de reclamação acessíveis, com especial atenção para grupos vulneráveis e incluindo as comunidades hospedeiras.

Questão	Lei Moçambicana	IFC (PS5)	BM (ESS5)	Lacunas/ resolução proposta
	Refere ainda que o mecanismo deve estabelecer um prazo claro e bem definido para a solução da reclamação e identificar o Sistema judiciário como ultimo recurso para resolver a reclamação.	mecanismo deverá incluir procedimentos de recurso, de modo a resolver as disputas de modo imparcial.	mecanismo utilizará os procedimentos formais ou informais já existentes no âmbito do Projecto, complementados conforme necessário de modo a resolver os diferendos de modo imparcial.	
Restauração dos meios de subsistência	Questão não regulada especificamente	Adicionalmente à compensação por bens perdidos a favor do projecto, se os houver, as pessoas economicamente deslocadas cujos modos de vida ou níveis de rendimento forem adversamente afectados beneficiarão também de oportunidades para melhorar ou, pelo menos, restaurar, os seus meios de rendimento, capacidade produtiva e padrões de vida. O Projecto desenvolverá um Plano de Restauração dos Meios de Subsistência para compensar as pessoas e/ou comunidades afectadas e para lhes oferecer outra assistência necessária. O Plano de Restauração dos Meios de Subsistência definirá os direitos das pessoas e/ou comunidades afectadas e assegurará que esses direitos sejam atribuídos de modo transparente, consistente e equitativo. A mitigação da	No caso de projectos envolvendo deslocação económica, com impacto significativo nos meios de vida ou geração de rendimentos, p Plano de Restauração dos Meios de Subsistência definirá as medidas adicionais a promover de modo a melhorar ou, pelo menos, restaurar os padrões de vida dos afectados.	Deverão ser aplicadas as boas práticas internacionais. Preparar um Plano de Restauração dos Meios de Subsistência consistente com as recomendações do ESS5 incluindo, caso necessário, a atribuição de terra agrícola de substituição.  O Plano de Restauração dos Meios de Subsistência deverá ser baseado em informação socioeconómica actualizada e orientado pelas prioridades articuladas pelos afectados através de processo de consulta adequado.  O Plano de Restauração dos Meios de Subsistência deverá conter medidas especiais de assistência para mulheres, minorias e grupos vulneráveis.  Adicionalmente, será concedido apoio transitório àqueles cujas condições de vida sejam perturbadas. Isto pode incluir pagamento por culturas perdidas e

Questão	Lei Moçambicana	IFC (PS5)	BM (ESS5)	Lacunas/ resolução proposta
		deslocação económica será considerada complete quando as pessoas e/ou comunidades afectadas tiverem recebido a compensação e assistência previstas no Plano de Restauração dos Meios de Subsistência, e forem assim consideradas com tendo recebido oportunidade adequada para restabelecer as suas condições de vida.		perda de acesso a recursos naturais, pagamento por perda de rendimentos de negócio ou pagamento de salários perdidos por empregados afectados por relocação de negócios.

#### 4.5 Considerações finais

Deverá notar-se que, mesmo para projectos não financiados pelo BM, IFC ou instituições financeiras signatárias dos Princípios do Equador, as recomendações sobre reassentamento involuntário emitidas por estas entidades são normalmente observadas, dado que se reconhece a sua validade como garantia da salvaguarda dos interesses das partes afectadas. No caso presente, o QPR é igualmente compatível com a Política Ambiental e Social da AFD a qual, por sua vez está alinhada com as recomendações do BM, nomeadamente o ESS 5.

### 5 IMPACTOS POTENCIAIS DOS PROJECTOS

Dependendo do seu desenho final, a implementação do Projecto pode gerar situações de deslocação física e/ou económica temporárias ou permanentes.

**A deslocação física** envolve a perda de abrigo e de bens em resultado de aquisição de terra por parte de um projecto, da qual resulte que as pessoas afectadas tenham que se deslocar para outro local. Neste caso, requer-se a preparação de um Plano de Reassentamento

**A deslocação económica** envolve a perda de bens produtivos, actividades de geração de renda ou outros meios de subsistência em resultado da aquisição de terra por parte de um projecto. Inclui ainda a restrição do acesso à terra ou a recursos naturais comunitários. Nestes casos, requer-se a preparação de um Plano de Compensação e/ou de um Plano de Restauração dos Meios de Subsistência.

Em resumo, a implementação do Projecto pode resultar nos seguintes impactos:

- Perda de estruturas habitacionais ou auxiliares (casas, celeiros, currais, capoeiras, etc.), por força da deslocação física de pessoas;
- Perda de estruturas de negócio (lojas, bancas, etc.);
- Perda de meios de subsistência e de fontes de rendimento;
- Perda de terra agrícola e perda de culturas;
- Perda de áreas de pastagem;
- Perda de árvores de fruta;
- Perda de sepulturas e de locais sagrados ou culturalmente importantes, incluindo estruturas religiosas (igrejas);
- Possível perda de infraestruturas sociais (escolas, mercados);
- Possível perda de terra comunitária;
- Possível perda de acesso a recursos naturais usados pela comunidade e pelas pessoas afectadas;
- Possível interrupção de serviços de transporte e de vias de acesso comunitárias;
- Possíveis impactos nos laços comunitários e nas estruturas sociais de apoio estabelecidas;
- Possível aumento da pressão sobre os serviços (educação, abastecimento de água, saúde, etc.) nas comunidades hospedeiras.

Os impactos potenciais acima referidos podem ocorrer em resultado do estabelecimento de (1) centrais fotovoltaicas/eólicas, (2) estaleiros de obras e acampamentos de trabalhadores (3), estradas de acesso (5) linhas de transmissão.

O Plano de Reassentamento deve definir um pacote de medidas de compensação justas e adequadas para perdas permanentes e/ou temporárias. Para este efeito, o presente QPR inclui um Quadro de

Direitos indicativo, referindo a tipologia das potenciais perdas e as respectivas medidas de compensação propostas (deverá ser feito um inventário completo das perdas no âmbito do PR). As PAPs serão devidamente informadas sobre o esse inventário, perdas passíveis de compensação e compensações propostas.

## 6 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO REASSENTAMENTO

### 6.1 Política de reassentamento

O presente QPR baseia-se nos seguintes princípios orientadores:

1. O Projecto deve evitar, o mais possível, despejos forçados e a necessidade de qualquer forma de reassentamento ou compensação.
2. O Projecto apenas poderá tomar posse efectiva da terra adquirida e bens com ela relacionados depois da compensação ter sido paga por completo e, quando aplicável, os locais de reassentamento e os apoios pela mudança tiverem sido entregues às pessoas deslocadas em aditamento à compensação.
3. Quando o reassentamento não puder ser evitado, o Proponente deve minimizar, o mais possível, as necessidades de reassentamento, recorrendo à adaptação do desenho do projecto no sentido de cumprir este princípio.
4. Quando o reassentamento não for evitável, todas as pessoas por ele afectadas deverão ser compensadas a pleno valor de mercado. A compensação deverá ser atribuída de forma a melhorar ou, pelo menos, repor as condições socioeconómicas existentes.
5. O reassentamento deve ser uma oportunidade para o desenvolvimento das PAPs e deve ser concebido como um potencial projecto de desenvolvimento comunitário. Sempre que necessário, as pessoas afectadas receberão assistência para restaurar as suas condições de vida, pelo menos para os níveis existentes antes do projecto.
6. O processo de planeamento do reassentamento deverá incluir o engajamento activo e proactivo das instituições relevantes, incluindo as autoridades locais a nível da Província, Distrito, Posto Administrativo, Localidade e/ou Município, bem como os líderes comunitários.
7. As PAPs têm o direito de ser activamente consultadas e de participar, através de mecanismos de representação adequados, no planeamento e implementação do PAR.
8. Serão estabelecidos mecanismos de reclamação e resolução de disputas adequados para a resolução efectiva e transparente de quaisquer queixas ao longo de todo o processo de planeamento e implementação do PAR.
9. Antes do reassentamento, será preparada uma base de dados socioeconómica apropriada, a qual constituirá o fundamento para a compensação e para a monitoria pós-reassentamento.
10. O Projecto preparará e negociará com as partes afectadas um Quadro de Direitos formal, que definirá quem terá direitos de reassentamento e compensação.
11. Preferencialmente, o Projecto deverá identificar áreas hospedeiras perto das aldeias a ser deslocadas, de modo a assegurar que o reassentamento se faça à mais curta distância possível.
12. O Projecto é responsável por assegurar a minimização dos impactos negativos decorrentes do reassentamento, garantindo assistência às comunidades durante o processo de reassentamento, com especial atenção às pessoas ou famílias consideradas vulneráveis.
13. Durante o processo de reassentamento, deverá ser dada especial atenção a indivíduos e grupos vulneráveis (mães solteiras, viúvas, órfãos, pesos portadoras de deficiência ou doença crónica e incapacitante, etc.), em relação aos quais deverão ser consideradas medidas especiais de apoio.
14. A mitigação de impactos sobre as condições de vida pode requerer análise intrafamiliar nos casos em que os modos de vida das mulheres e dos homens sejam afectados de forma diferenciada. As

preferências das mulheres e dos homens em termos de mecanismos de compensação tais como terra de substituição ou acesso alternativo a recursos naturais em vez de compensação monetária deverão ser ponderados.

15. De acordo com a Lei Moçambicana, a ausência de título formal de direitos de uso e aproveitamento da terra (DUAT) não constitui impedimento à aquisição de direitos de compensação por perda de terra agrícola e pastagens. No entanto, os direitos tradicionais de ocupação deverão ser confirmados pelos líderes comunitários.
16. Quando houver lugar a compensação, essa compensação deve ser feita, preferencialmente, em género, tal como recomendado pelo Governo e pela prática corrente. Assim, a compensação por perda de terra será feita de acordo com o princípio “terra por terra”, o mesmo se aplicando em caso de perda de habitação. A compensação por perda de colheitas e de árvores de fruto, no entanto, será monetária, sendo os montantes calculados tendo por base indicativa as tabelas anuais actualizadas do Ministério da Agricultura emitidas para esse efeito. As Tabelas incluem as culturas e árvores (de fruta e de sombra) de referência para cada Província. É atribuído um valor a cada árvore; dependendo do tipo de árvore, o valor é atribuído por unidade ou por kg de fruta produzida. No que respeita a culturas, é atribuído um valor baseado na quantidade produzida por hectare. Em ambos os casos, o estado de desenvolvimento produtivo é tomado em consideração. Recomenda-se que seja feito um estudo dos preços praticados no mercado local de modo a validar a adequação dos montantes mencionados nas tabelas.

## 6.2 Critérios de Elegibilidade

Serão consideradas elegíveis para medidas de reassentamento e/ou compensação as seguintes categorias de pessoas ou entidades:

- Residentes na Área de Influência Directa do Projecto (AID);
- Proprietários ou arrendatários de estruturas (incluindo bancas de negócio) na AID, mesmo que não-residentes;
- Proprietários de gado que utilizem pastagens na AID (mesmo que não-residentes);
- Proprietários, arrendatários ou utilizadores de terra emprestada na AID (mesmo que não-residentes);
- Entidades públicas ou privadas proprietárias de estruturas afectadas pelo Projecto (TDM, instituições religiosas, empresas, etc.);
- Empregados afectados (elegíveis para assistência por perda temporária de salários e, se necessário, para assistência na identificação de oportunidades de emprego alternativas);
- Pessoas sem direitos reconhecidos sobre a terra que ocupavam ou utilizavam antes da imposição da moratória, incluindo os instalados em áreas de serventia ou protecção parcial do Projecto);
- Comunidades hospedeiras (se aplicável), as quais devem ser compensadas pelo eventual aumento de pressão sobre os seus recursos, caso este aumento seja induzido pelo Projecto.

## 6.3 Consulta Pública e Participação Comunitária (incluindo Comunidade Hospedeira)

O Regulamento Sobre o Reassentamento Resultante de Actividades Económicas requer que seja garantida a participação pública durante todas as fases do processo de reassentamento (Capítulo I, Art. 13.1) e define as regras a observar durante o processo de Consulta Pública (Capítulo I, Art. 13.1 to 13.7), definindo ainda o direito das partes afectadas e interessadas a ser devidamente informadas (Capítulo I, Art. 14).

Paralelamente, a Directiva Técnica do Processo de Elaboração e Implementação de Planos de Reassentamento (Diploma Ministerial 156/2014, Art. 4.2) prescreve a realização de quatro rondas de reuniões de Consulta Pública abertas, nomeadamente:

- Primeira reunião de Consulta Pública: no início do processo de reassentamento, após anúncio público do reassentamento pelo Governo;
- Segunda reunião de Consulta Pública: apresentação e discussão das áreas hospedeiras;
- Terceira reunião de Consulta Pública: apresentação do rascunho do Plano de Reassentamento;
- Quarta reunião de Consulta Pública: apresentação do Plano de Reassentamento final.

O envolvimento da Sociedade Civil e das PAPs no processo de reassentamento é ditado pelos seguintes objectivos:

- A criação e manutenção de um clima de bom relacionamento, confiança e compreensão mútua entre o Projecto, as comunidades afectadas, as autoridades locais e outras partes interessadas;
- A transmissão de informação certa e apropriada às comunidades afectadas, às autoridades locais e ao público em geral, de modo a contrariar a disseminação de informação incerta ou falsa;
- O alinhamento dos princípios do reassentamento com as políticas, planos e programas do Governo;
- A incorporação de experiências e lições aprendidas de outros processos de reassentamento;
- Garantir resposta adequada aos direitos, interesses legítimos, aspirações e receios das pessoas e comunidades afectadas;
- Garantir a inclusão das mulheres e grupos vulneráveis no processo, de modo a assegurar que os seus interesses são considerados no planeamento e implementação do reassentamento;
- Dar a possibilidade aos indivíduos e comunidades afectadas pelo Projecto de exprimirem livremente os seus receios e aspirações e de serem incluídos no processo de planificação do PAR;
- Discutir e negociar o Quadro de Direitos, as compensações, a assistência temporária e o mecanismo de reclamações com as pessoas e comunidades afectadas, de modo a gerar o consenso necessário e obter o consentimento informado das comunidades afectadas, autoridades locais e outras partes interessadas.

Adicionalmente às prescrições da legislação nacional, o alinhamento com as recomendações das boas práticas internacionais no que respeita à participação comunitária continuada será assegurado através das seguintes acções:

- Envolvimento das partes afectadas, lideranças comunitárias e potenciais comunidades hospedeiras durante a consideração de alternativas ao desenho do Projecto e, posteriormente, durante o planeamento, implementação, monitoria e avaliação dos processos de compensação, restauração dos meios de subsistência e relocação;
- Envolvimento das partes afectadas nos processos decisórios relativos ao reassentamento e, restauração dos meios de subsistência, incluindo a apresentação de opções e alternativas entre as quais as pessoas afectadas possam escolher;
- Envolvimento das partes afectadas e lideranças comunitárias na identificação dos bens afectados;
- Criação, capacitação e interacção com Comitês Locais de Reassentamento (compostos por pessoas livremente eleitas partes afectadas);
- Reuniões comunitárias abertas;
- Reuniões de Grupos Focais com grupos específicos (homens, mulheres, jovens, líderes comunitários, comerciantes, grupos vulneráveis identificados, etc.), de modo a garantir que



as suas perspectivas específicas são compreendidas e tomadas em conta no processo de planeamento e implementação do reassentamento.

## 7 PROCEDIMENTOS E REQUISITOS PARA A PREPARAÇÃO DO PAR

O objectivo fundamental do presente QPR é definir as bases para a preparação dos Planos de Reassentamento/Compensação a desenvolver no âmbito do Projecto PROLER e assegurar que serão dados todos os passos necessários para a salvaguarda dos direitos das pessoas afectadas. Em compatibilidade com a legislação nacional e as boas práticas internacionais (em particular o ESS5), abaixo se indicam os principais passos a dar para a preparação PAR/Plano de Compensação.

*Tabela 3 Principais componentes da preparação do PAR/Plano de Compensação*

Passos	Plano de Acção de Reassentamento (PAR)	Plano de Compensação <sup>1</sup>
Relatório de Levantamento Físico e Socioeconómico	✓	*
Primeira reunião de Consulta Pública	✓	✓
Censo, Inventário Patrimonial e Inquérito Socioeconómico	✓	✓
Mecanismo de Reclamação e Resolução de Disputas	✓	✓
Moratoria	✓	✓
Quadro de Direitos e atribuição de direitos	✓	✓
Processo de negociação com as PAPs	✓	✓
Seleção e estudo Ambiental simplificado da área hospedeira residencial	✓	
Seleção e estudo Ambiental simplificado da área hospedeira agrícola	✓	✓
Segunda reunião de Consulta Pública	✓	✓
Plano de Restauração dos Meios de Subsistência	✓	✓
Terceira reunião de Consulta Pública	✓	✓
Orçamento e calendário de implementação	✓	✓
Quarta reunião de Consulta Pública	✓	✓

\* A informação socioeconómica relevante será recolhida durante a preparação do EIAS.

Quando completado, o PAR/Compensação Plano de Compensação deverá conter, entre outros, os seguintes elementos:

- Introdução;
- Enquadramento Legal;
- Metodologia para a preparação do PAR/Plano de Compensação;
- Descrição do Projecto e tipologia dos impactos esperados;
- Alternativas consideradas para evitar ou minimizar deslocação física e /ou económica;

<sup>1</sup> Embora a preparação dos Planos de Compensação não esteja especificamente legislada em Moçambique, o processo normalmente seguido é semelhante ao do PAR, com as devidas excepções.

- Critérios de elegibilidade para medidas de reassentamento e/ou compensação;
- Anúncio de imposição de moratória após finalização do Censo e Inventário Patrimonial;
- Dados do Censo e do Inquérito socioeconómico;
- Potenciais áreas e comunidades hospedeiras;
- Estratégia de restauração dos meios de subsistência;
- Quadro de Direitos, detalhando medidas de reassentamento e/ou compensação;
- Medidas especiais de apoio para pessoas e grupos vulneráveis;
- Definição de mecanismos de reclamação e resolução de disputas;
- Participação e consulta;
- Estrutura organizacional e responsabilidades na implementação do PAR;
- Procedimento de monitoria e avaliação das actividades de reassentamento, incluindo indicadores de desempenho para medição de inputs, outputs e resultados das actividades de reassentamento, envolvimento das PAPs no processo de monitoria e avaliação dos resultados após decorrido um período razoável sobre a conclusão das actividades de reassentamento;
- Calendário de Implementação indicando datas de início e fim para todas as actividades ligadas ao reassentamento. O calendário deverá indicar como as actividades de reassentamento se ligam à implementação geral do Projecto;
- Orçamentação e custos (incluindo provisões para a inflação, crescimento populacional e outras contingências, bem como procedimentos de financiamento de emergência para custos inesperados, fontes de financiamento e procedimentos para assegurar o fluxo atempado de fundos.

## 7.1 Calendário de execução

A preparação do Plano de Reassentamento compreende 3 fases, tal como estipulado pelo Diploma Ministerial Diploma 156/2014:

Fase 1: Relatório de Levantamento Físico e Socioeconómico (RLFSE);

Fase 2: Plano de Reassentamento (PR);

Fase 3: Plano de Acção para a Implementação do Reassentamento (PAIR).

**A Fase 1 decorre em paralelo com a preparação do relatório de EIAS, sendo normalmente o RLFSE submetido como Anexo do EIAS. Após a aprovação do EIAS inicia-se a preparação do PR. Deve notar-se que a Licença Ambiental<sup>2</sup> apenas será emitida após aprovação do PR e do PAIR. Para informação mais detalhada, veja-se o documento do Quadro de Gestão Ambiental e Social (QGAS).**

No caso de se verificar apenas deslocação económica, não é necessária a elaboração de um RLFSE, e deverão aplicar-se as recomendações do ESS5/PS5 (preparação de um Plano de Compensação e de um Plano de Restauração dos Meios de Subsistência). No entanto, devem ser mencionados no EIAS os princípios a implementar para mitigação das situações de deslocação económica.

O Calendário indicativo de preparação do PAR/Plano de Compensação deve conter as seguintes indicações:

<sup>2</sup> Licença Ambiental de Instalação. A Licença Ambiental de Operação apenas é emitida após confirmação da implementação plena do PAR.

Tabela 4 Calendário indicativo para preparação de PAR/Plano de Compensação

Passo/execução	6 meses	6 meses	6 meses	2 meses
EIAS				
Plano de Compensação e PRMS				
EIAS				
RLFSE				
PR (incluindo PRMS)				
PAIR				

## 7.2 FASE 1 – Relatório de Levantamento Físico e Socioeconómico

A primeira fase da preparação do PAR é a realização de um inquérito socioeconómico destinado a identificar potenciais impactos, critérios de vulnerabilidade, definir categorias de PAPs e recolher informação de base para monitoria da restauração de condições de vida e de rendimentos. Os resultados do PSSR incluem:

- Descrição do projecto e dos seus impactos socioeconómicos, incluindo as alternativas consideradas para evitar ou minimizar as situações de deslocação e os motivos da sua rejeição;
- Descrição da estratégia de consulta pública e participação comunitária (incluindo comunidades hospedeiras);
- Mecanismo de Reclamação e Gestão de Disputas;
- Princípios básicos do reassentamento, direitos dos afectados, critérios de elegibilidade para medidas de reassentamento e/ou compensação;
- Medidas de mitigação e compensação para perdas sofridas (Quadro de Direitos);
- Áreas hospedeiras alternativas;
- Enquadramento institucional;
- TdR para o Plano de Reassentamento; e
- Relatório de Consulta Pública<sup>3</sup>.

## 7.3 FASE 2 – Plano de Reassentamento/Compensação

### 7.3.1 Censo e Inventário Patrimonial

Será realizado um Censo completo de todas as PAPs afectadas. O Censo terá por base os agregados familiares e será acompanhado por um Inventário patrimonial que procederá ao registo dos bens perdidos pelas PAPs (terra agrícola, pastagens, estruturas residenciais e auxiliares, árvores de fruto, etc.), de modo a construir uma base de dados adequada.

O Censo incluirá os seguintes parâmetros:

- Nomes do chefe de família e cônjuge(s);
- Dados demográficos (número de membros do agregado, idades, nomes, relação com o chefe de família e, se aplicável, referência a casos de poligamia);

<sup>3</sup> Nesta fase, a reunião de consulta pública é realizada em simultâneo com a reunião de consulta pública do EIA

- Informação socioeconómica do agregado (saúde, educação, ocupação, actividades produtivas, formais e/ou informais, fontes de rendimento e despesas, etc.);
- Informação sobre situações de vulnerabilidade requerendo atenção especial;
- Análise geral, apontando aspectos relevantes para futuras medidas de restauração do modo de vida.

O Inventário Patrimonial a ser feito em conjunto com o Censo e cobrirá, em anexo próprio, os bens e recursos comunitários, devendo incluir, entre outros, os seguintes parâmetros:

- Estruturas residenciais e auxiliares;
- Árvores e recursos naturais;
- Campas associadas ao agregado;
- Bens detidos pelo agregado (bicicletas, televisão, rádios, telefones celulares, etc.);
- Recursos e serviços comunitários utilizados (incluindo escolas, igrejas e centros de saúde);
- Terra e recursos comunitários;
- Locais de importância histórica e/ou cultural;

Será constituído um registo fotográfico do Censo e Inventário Patrimonial. Deverão ser tirados fotos dos membros de agregado entrevistados e dos bens registados, os quais deverão ainda ser geolocalizados com recurso a ferramentas SIG. Serão igualmente distribuídos cartões identificativos a todos os agregados familiares cobertos pelo Censo. O mapeamento dos bens familiares deve ser feito na presença de membros do respectivo agregado e de uma testemunha credível, validada pelas partes afectadas. Deverão também ser mapeados os bens comunitários, com o auxílio de representantes da respectiva comunidade.

Se aplicável, deverão ainda ser registados quaisquer negócios afectados. Este registo deve conter a identificação dos proprietários ou dos seus representantes.

O Censo e Inventário Patrimonial deverão ser executados por uma equipa de enumeradores e um avaliador profissional sob supervisão de um especialista de Reassentamento.

### 7.3.2 Moratória

Como já foi referido, a Lei Moçambicana não menciona a necessidade de imposição de uma moratória. No entanto, e de modo a cumprir as boas práticas internacionais (em particular o ESS5), deverá ser imposta uma moratória.

Para tal, deverá ser feito um pedido formal por escrito ao Governo do Distrito relevante para que este anuncie publicamente a imposição de uma moratória uma vez terminado o Censo e Inventário Patrimonial. Este é um passo essencial para desencorajar o influxo oportunista de pessoas na área do Projecto. Quando a moratória for anunciada, as condições a vigorar no interior da área do Projecto deverão ser claramente comunicadas. Por exemplo, as PAPs poderão continuar a cultivar e a colher as suas culturas mas, em princípio, não poderão abrir novas machambas e não será permitido a pessoas vindas do exterior fixar-se na área.

Deve, porém, ser considerada a eventualidade de, uma vez que em Moçambique a declaração de uma moratória não é imposta por qualquer determinação legal, o Governo do Distrito não concordar com este passo. Caso isso suceda, o assunto deverá ser discutido com a Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento.

### 7.3.3 Princípio gerais de avaliação e compensação

Quando houver lugar a compensação, as PAPs serão compensadas a valor integral de mercado e a custo de reposição total. A avaliação dos bens deverá ser feita por um avaliador profissional. Como princípio geral, os principais bens imóveis (casas, estruturas auxiliares, bancas, infraestrutura pública e terra) serão compensados em espécie. Perdas de produção agrícola, árvores de fruta e outras perdas económicas em geral serão compensadas monetariamente. O valor das perdas de culturas agrícolas e árvores de fruta será calculado com base nas tabelas actualizadas emitidas pelo Ministério da Agricultura (veja-se o Anexo 1 para um exemplo dessas tabelas), que indicam o valor mínimo a ser pago. Deverá ser feito um estudo de mercado local para confirmação da adequação dos valores de compensação propostos, os quais não devem ser inferiores aos preços correntes de mercado corrigidos com a inflação média.

A compensação por perdas de negócio (perda de vendas durante a transferência do negócio) será calculada com base no volume de vendas médio. O pagamento das compensações acordadas deve ser formalizado através de um Acordo de Compensação escrito, assinado pelas partes relevantes. Será concedido apoio temporário às PAPs cujo modo de vida seja perturbado. Este apoio incluirá pagamento de salários perdidos por empregados afectados por deslocação de negócios.

Adicionalmente, será concedida assistência para restabelecimento de meios de subsistência.

### 7.3.4 Quadro de Direitos e atribuição de direitos

A definição dos direitos de compensação a atribuir por cada tipo de perda será orientada pelo seguinte Quadro de Direitos:

*Tabela 5 Quadro de Direitos*

Tipo de perda	Acção	Execução
Perda permanente de estrutura residencial ou social	Quando aplicável, serão construídas numa área hospedeira a definir, estruturas de substituição melhoradas e obedecendo às especificações mínimas indicadas na legislação Moçambicana sobre reassentamento. (casas de alvenaria de tipo 3 com área mínima de 70 m <sup>2</sup> ) ou com dimensões e características similares às da habitação perdida a favor do Projecto, caso essa habitação tenha características superiores às definidas como mínimo legal. O Projecto providenciará transporte para as PAPs e para os seus pertences para a nova área residencial. A construção das casas de substituição deverá estar completa antes do abandono das antigas estruturas. Serão ainda providenciadas infraestruturas sociais (escola, centro de saúde, etc.) de acordo com os padrões definidos pelas autoridades do sector.	Empreiteiro subcontratado. As novas estruturas devem estar finalizadas um mês antes da transferência das PAPs.
Perda de estruturas auxiliares (capoeiras, cozinhas externas, celeiros, poços, vedações, etc.).	As estruturas auxiliares serão substituídas em termos a acordar com as PAPs (opções possíveis são a construção pelo empreiteiro ou o fornecimento de materiais e pagamento às PAPs pelo trabalho de construção).	PAPs ou empreiteiro subcontratado.

Tipo de perda	Ação	Execução
Perda de bancas de negócio e perda de negócio.	As bancas permanentes de negócio serão substituídas pelo Projecto em local conveniente. Será atribuída compensação monetária por perda temporária de negócio, bem como pelos custos de transferência de stocks e equipamentos e pelo retomar da actividade. Os empregados afectados receberão assistência por perda temporária de salários e, se necessário, receberão apoio na identificação de oportunidades alternativas de emprego.	Proponente e/ou entidade subcontratada.
Perda de terra agrícola (machambas ou partes de machambas) e de áreas de pastagem	A terra agrícola perdida a favor do Projecto deve ser compensada em espécie (terra por terra). A terra de substituição deve localizar-se a distância razoável do local de residência, ser acessível e ter, pelo menos, aptidão agrícola semelhante à da terra perdida. Se possível, a terra perdida a favor do projecto deve ser abandonada após as colheitas, sem ser replantada, para evitar perda de colheitas. A terra de substituição deve ser destroncada e arada antes da sua entrega, e o Projecto cobrirá os custos de preparação das novas machambas e, se possível, as comunidades afectadas deverão ser envolvidas nesse trabalho, mediante pagamento adequado. Deverão ainda ser entregues sementes aos proprietários das novas machambas. Caso aplicável, o Projecto deverá ainda providenciar terrenos de pastagem alternativos e com capacidade de carga adequada. A responsabilidade e alocar terra de substituição pertence ao Governo do Distrito. Caso não haja terra disponível a distância razoável, devem ser discutidas alternativas de compensação com a Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento.	Proponente ou entidade subcontratada. A terra de substituição deve estar disponível pelo menos duas semanas antes do início da nova campanha agrícola.
Perda de colheitas	A perda de culturas será compensada monetariamente. Os montantes de compensação a conceder serão baseados nas Tabelas anuais produzidas para o efeito pelo Ministério da Agricultura e não devem ser inferiores aos preços correntes de mercado, corrigidos com a inflação média.	Proponente ou entidade subcontratada.
Perda de árvores de fruta.	No caso de perda de árvores de fruta de propriedade individual) isto é, localizadas na terra perdida pelas famílias) serão fornecidas duas mudas por cada árvore Perdida e compensação monetária para cobrir a perda de colecta até as novas árvores atingirem a maturidade. Os montantes de compensação a conceder serão baseados nas Tabelas anuais produzidas para o efeito pelo Ministério da Agricultura e não devem ser inferiores aos preços correntes de mercado, corrigidos com a inflação média.	Proponente ou entidade subcontratada.
Perda de acesso à terra.	No caso de perda de acesso à terra por pessoas que cultivem terra alugada ou emprestada, deverá ser fornecida terra de substituição, de modo a permitir a continuação do modo de vida preexistente.	Proponente ou entidade subcontratada. A terra de substituição deve estar disponível pelo menos duas semanas antes do início da nova campanha agrícola.

Tipo de perda	Acção	Execução
Perda temporária de acesso à terra motivada por trabalhos do Projecto.	Assinatura de acordo formal de compensação com as partes afectadas e pagamento de compensação monetária.	Proponente
Perda de direitos individuais sobre grandes extensões de terra não usada para fins de auto-subsistência e com título de DUAT formal.	Situação com características específicas que não podem ser eficazmente geridas através do processo negocial comunitário; Compensação a definir em fórum próprio, de modo a alcançar um acordo negociado com os proprietários. O processo deve ser documentado e explicado ao comité local de reassentamento, de modo a assegurar a sua transparência. A negociação deve ser baseada na concessão de terra de substituição ou compensação baseada em estimativa do valor dos direitos sobre a terra feita pelo Governo de Distrito. Deverão ser cobertos os custos da aquisição do DUAT pelos actuais proprietários e deverá ser paga compensação pelas benfeitorias existentes. Caso aplicável, e se necessário, os empregados afectados, deverão receber assistência na identificação de oportunidades alternativas de emprego.	Proponente, com a assistência do Governo Distrital relevante.
Perda de sepulturas e locais sagrados	O Proponente será responsável pela transferência (real ou simbólica) de sepulturas, cemitérios e locais sagrados que existam na área do Projecto, fornecendo os meios necessários para a celebração das cerimónias apropriadas. Este processo deverá ser feito em estreita ligação com as autoridades sanitárias e com os líderes comunitários, os quais definirão as cerimónias a ser realizadas e os respectivos oficiantes.	Proponente e líderes comunitários. Pelo menos um mês antes da relocação das PAPs.
Perda de acesso a recursos florestais.	O Proponente será responsável por identificar os recursos florestais que serão afectados ou cujo acesso será restringido. É igualmente importante identificar os recursos florestais exteriores à área do Projecto e garantir o acesso das PAPs a esses recursos. Se aplicável, a reposição de árvores específicas pode ser estudada e discutida com as lideranças locais.	Proponente e líderes comunitários. Pelo menos um mês antes da relocação das PAPs.
Perda de campanhas agrícolas adicionais	Se ocorrerem atrasos significativos na implementação do Projecto, o Proponente deve assegurar assistência alimentar adicional às PAPs, providenciando assistência alimentar no início da nova campanha agrícola para garantir a sua segurança alimentar. Este processo deve ser conduzido em estreita ligação com as autoridades distritais e líderes comunitários.	Proponente e líderes comunitários.

Os direitos de reassentamento e compensação a concede às PAPs devem ser registados sob forma de um Acordo de Compensação, o qual deve ser assinado pelo chefe de família e cônjuge<sup>4</sup> sempre que possível, ou pela pessoa entrevistada em sua representação (qualquer membro de agregado com idade igual ou superior a 18 anos), um representante do Projecto e um membro do Comité Local de

<sup>4</sup> Se directamente afectado. Em caso de casamentos poligâmicos apenas será incluída a esposa residente no agregado afectado.

Reassentamento. Os direitos de reassentamento e compensação pertencem a todo o agregado familiar e não apenas à pessoa ou pessoas signatárias.

### 7.3.5 Assistência a pessoas e grupos vulneráveis

As pessoas e grupos vulneráveis identificados durante a preparação do PAR/ Plano de Compensação devem receber medidas especiais de apoio a definir no PAR, de acordo com as suas necessidades especiais. Serão consideradas pessoas vulneráveis, nomeadamente, as mães solteiras, órfãos, crianças chefes de família, idosos, deficientes e pessoas que sofram doença crónica incapacitante.

### 7.3.6 Selecção da Área Hospedeira

A responsabilidade de identificar e alocar terra de substituição pertence ao Governo do Distrito relevante. A selecção dos locais de reassentamento propostos deverá ser efectuada de modo participativo, envolvendo os afectados, as potenciais comunidades hospedeiras e as autoridades relevantes.

A Equipa de Reassentamento e Compensação (ERC)<sup>5</sup> apoiará o Governo do Distrito na identificação de áreas de substituição apropriadas. Este processo deve incluir a participação activa das comunidades a serem reassentadas, as quais desempenharão um papel activo, através de representação adequada, na selecção de potenciais áreas hospedeiras. O ERC, em consulta com os líderes comunitários, participará na identificação de potenciais áreas hospedeiras, uma vez identificadas as reais necessidades de terra de substituição e, em conjunto com o Consultor, na realização de estudos sobre a adequação dessas áreas e sua potenciação

A terra agrícola de substituição deve ter aptidão produtiva igual ou superior à da terra Perdida a favor do Projecto, bem como áreas de pastagem com capacidade de carga suficiente para cobrir as necessidades das comunidades afectadas. Como regra geral, recomenda-se que as áreas hospedeiras se localizem o mais perto possível da área de origem dos deslocados. Outros critérios de selecção importantes são:

- Acessibilidade;
- Existência de água;
- Existência de recursos naturais disponíveis (lenha, plantas medicinais, etc.).
- Os novos locais de reassentamento deverão oferecer condições de vida no mínimo equivalentes às anteriormente gozadas pelas PAPs ou consistentes com os requisitos mínimos internacionalmente estipulados, conforme seja o padrão mais elevado. As comunidades hospedeiras serão consultadas quanto às opções de planeamento, e os planos de reassentamento assegurarão a continuidade do acesso das comunidades hospedeiras a recursos, infraestruturas e serviços.

As potenciais áreas hospedeiras identificadas deverão ser apresentadas às PAPs e visitadas pelos seus líderes comunitários. Após a visita, deverão ser consultadas as comunidades afectadas para determinar as suas preferências em relação às áreas possíveis. Este processo deve ter em consideração os equilíbrios políticos locais e evitar criar conflitos entre líderes tradicionais.

---

<sup>5</sup> A ERC é normalmente composta por pelo menos um Oficial de Ligação Comunitária (OLC) do Projecto, um representante do Consultor para o reassentamento, um representante da Administração Distrital e o Chefe da Localidade relevante.



Após a selecção final da área hospedeira, devidamente validada pela comunidade a reassentar, o Proponente deve preparar procedimentos para a alocação da nova terra aos beneficiários. Esses procedimentos devem incluir:

- A demarcação e numeração dos talhões a ser alocados;
- A elaboração de uma lista alocando cada talhão ao respectivo beneficiário;
- A preparação dos talhões para entrega (limpeza, destronca, lavragem, etc.).
- Uma cerimónia de entrega de direitos (terra, compensações, etc.) com a presença de representantes de autoridades distritais, Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento, Comité Local de Reassentamento, líderes comunitários e Proponente.

Serão emitidos DUATs formais aos proprietários dos novos talhões, de preferência em nome de ambos os esposos, quando aplicável.

Simultaneamente, deverão ser elaborados os seguintes planos:

- Um Plano Conceptual de Ordenamento, para assegurar o uso correcto de território na área hospedeira;
- Um Plano de Desenvolvimento Local, incluindo medidas de intensificação agrária e de gestão de áreas de pastoreio, de modo a facilitar a melhoria das estratégias produtivas das comunidades reassentadas;
- Um Plano de Capacitação Profissional (treino vocacional), de modo a diversificar as capacidades profissionais dos membros das comunidades reassentadas e facilitar a sua integração no mercado de trabalho.

No final desta etapa, será realizada a segunda reunião de Consulta Pública para apresentar e discutir as áreas hospedeiras seleccionadas.

### **7.3.7 Plano de Restauração dos Meios de Subsistência (PRMS)**

O Plano de Restauração dos Meios de Subsistência é parte integral do Plano de Reassentamento/Compensação. A informação socioeconómica que serve de base à concepção do PRMS é coligida através de um inquérito socioeconómico executado em simultâneo com o Censo e Inventário Patrimonial.

O trabalho preparatório para a elaboração do PRMS inclui:

- A análise das situações de deslocação e o seu potencial impacto nas condições de vida dos afectados;
- A Preparação de guiões para reuniões de grupos focais destinados a apurar as preferências e prioridades articuladas pelas PAPs;
- O desenho de Programas de Restauração dos Meios de Subsistência reflectindo, na medida do possível, as prioridades identificadas pelas PAPs.

Em compatibilidade com as provisões do Plano de Restauração dos Meios de Subsistência, todos os Programas de desenvolvimento que possam vir a ser implementados pelo Proponente para assegurar a restauração dos meios de subsistência devem ter por objectivo transformar os padrões de vida dos afectados através de estratégias de exploração de recursos mais sustentáveis e menos vulneráveis.

Esses Programas devem centrar-se nas principais actividades económicas das PAPs (agricultura, pescas, etc.), e poderão incluir, entre outros aspectos:

- A intensificação da produção agrícola (produzir mais com menos terra, através da utilização de métodos produtivos mais eficientes, incluindo irrigação);
- Programas de formação agrícola, de forma e capacitar os agricultores locais para a utilização com sucesso de novas técnicas agrícolas;
- Desenvolvimento de iniciativas agroindustriais baseadas na produção local (secagem e conservação de frutos, produção de compotas, etc.);
- Melhoramento da produtividade da pesca artesanal e de técnicas de pesca sustentáveis;
- Melhoramento do acesso ao mercado pelos produtores locais (por exemplo, celebração de acordos de fornecimento de peixe e produtos agrícolas entre o Projecto e Produtores locais);
- Melhoramento da qualificação dos trabalhadores (treino vocacional, oferta de bolsas de estudo a estudantes promissores, etc.);
- Formação em Educação Ambiental e Economia Doméstica, como sensibilização para a necessidade de implementar novas estratégias de sobrevivência.

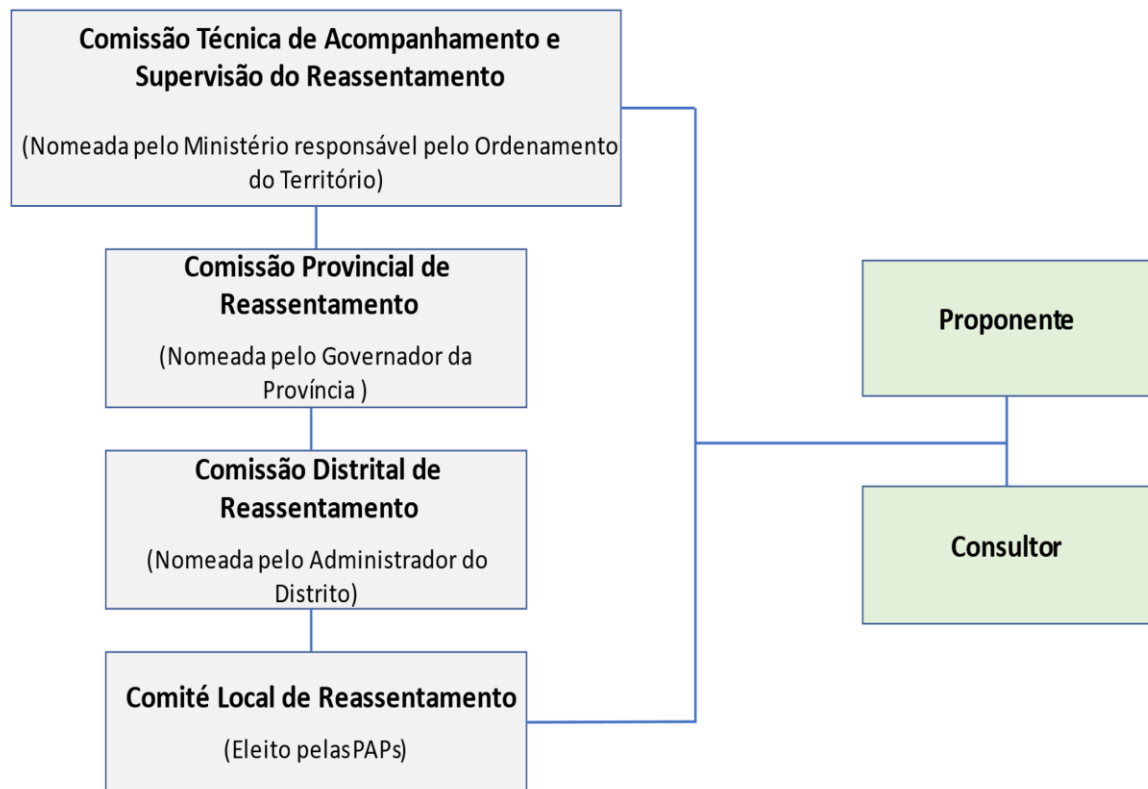
#### **7.4 FASE 3 – Plano de Acção de Implementação do Reassentamento (PAIR)**

De acordo com o Diploma Ministerial 156/2014, o PAIR “... *apresenta a matriz institucional com as responsabilidades dos diversos actores do processo, o cronograma de realização das actividades e o orçamento de todo o processo de implementação do reassentamento.*” (Art. 3c). Este documento deve detalhar os seguintes aspectos:

- Papéis e responsabilidades para a implementação do PR;
- Calendarização das tarefas de implementação do PR; e
- Orçamento de implementação completo, detalhando os custos de compensação, assistência ao reassentamento, construção das casas de reassentamento e infraestruturas de apoio, etc.

## 8 QUADRO INSTITUCIONAL PARA A PREPARAÇÃO DE PLANOS DE REASSENTAMENTO

De acordo com o estipulado no Diploma Ministerial 155/2014, o Quadro Institucional para a preparação do processo de reassentamento é o seguinte:



*Figura 1. Quadro Institucional para a preparação do reassentamento*

### 8.1 Papéis e Responsabilidades

Os papéis e responsabilidades dos organismos acima representados podem ser resumidos da seguinte forma:

Tabela 6 Papéis e responsabilidades

Entidade	Responsabilidades
<b>Proponente do Projecto</b>	O Proponente é responsável por assegurar a preparação do PAR e por assumir todos os custos relacionados com o processo, incluindo os custos resultantes das actividades das Comissões de Reassentamento. É também responsabilidade do Proponente participar em todas as Consultas Públicas e outras reuniões importantes e nomear pessoal para participar em todo o processo do PAR (nomeadamente Oficiais de Ligação Comunitária – OLCs)
<b>Consultor</b>	O Consultor é responsável por desempenhar todas as tarefas necessárias à elaboração do relatório do PAR e por submeter este relatório à aprovação das autoridades relevante Tal inclui a condução do Censo e Inventário Patrimonial e a construção da respectiva base de dados, organizar e capacitar o Comité Local de Reassentamento, conduzir a consulta comunitária, assegurar a ligação com as entidades relevantes (CTASR, CPR, CDR, Governo Distrital, etc.) e gerir todo o processo de preparação do PAR.
<b>Equipa de Reassentamento e Compensação (ERC)</b>	Recomenda-se que o Projecto nomeie uma Equipa de Reassentamento e Compensação composta, pelo menos, por um OLC do Projecto, um representante do Consultor para o reassentamento, um representante da Administração do Distrito e o Chefe de Localidade relevante. A ERC será responsável por estabelecer a metodologia e fazer o acompanhamento dos principais aspectos do reassentamento, tal como o Censo e Inventário Patrimonial, a distribuição de cartões de registo, a alocação de direitos às PAPs, a assinatura dos Acordos de Compensação finais, etc. Compete-lhe ainda manter o Proponente informado sobre o progresso do processo de reassentamento e potenciais problemas.
<b>Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento (CTASR)</b>	<p>A Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento é um organismo de nível nacional ao qual compete a supervisão de todos os processos de reassentamento em Moçambique e desempenha um papel central e efectivo competindo-lhe, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Participar em todas as Consultas Públicas relativas ao reassentamento. Esta obrigação está expressa na Lei;</li> <li>• Ser consultado e decidir sobre todas as alternativas e/ou potenciais desvios à legislação nacional sobre reassentamento que podem ser ditados pela necessidade de encontrar respostas para situações não previstas;</li> <li>• Visitar o local do Projecto sempre que julgado necessário;</li> <li>• Requerer encontros com o Proponente e/ou Consultor sempre que julgado necessário;</li> <li>• Rever os documentos do reassentamento e emitir a declaração de conformidade sobre a qual o Governo do Distrito aprovará formalmente o Plano de Reassentamento.</li> </ul> <p>Todas as despesas relativas à actividade da CTASR serão suportadas pelo Proponente.</p>
<b>Comissão Provincial de Reassentamento (CPR)</b>	A Comissão Provincial de Reassentamento (CPR) tem por atribuição supervisionar os processos de reassentamento que ocorram na Província. No cumprimento dessa atribuição a CPR pode produzir relatórios de monitoria, requerer clarificações e requerer encontros

Entidade	Responsabilidades
	com o Proponente e/ou Consultor sempre que julgado necessário. Deve ainda contribuir para mobilizar a população para o processo de reassentamento.
<b>Comissão Distrital de Reassentamento (CDR)</b>	<p>A Comissão Distrital de Reassentamento (CDR) é, do ponto de vista das actividades diárias do reassentamento, o órgão mais importante, desempenhando um papel crucial ao longo de todo o processo. Entre as suas atribuições destacam-se as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificar e alocar a terra de substituição;</li> <li>• Assistir na preparação do pacote de compensação, fornecendo os valores oficiais e actualizados para compensação por perda de colheitas e árvores de fruta;</li> <li>• Consciencializar as comunidades afectadas sobre os seus direitos e deveres nas diversas fases do processo de reassentamento;</li> <li>• Participar na resolução de reclamações e disputas como primeira instância de apelo;</li> <li>• Participar no processo de aprovação do Plano de Reassentamento pelo Governo do Distrito.</li> </ul>
<b>Comité Local de Reassentamento (CLR)</b>	<p>Complementando as Comissões Provincial e Distrital, o Comité Local de Reassentamento é composto por membros livremente eleitos pela comunidade afectada. Os membros eleitos devem assegurar a representação dos diferentes segmentos da população (líderes tradicionais, mulheres, jovens, agricultores, etc., conforme aplicável).</p> <p>O CLR assegura a comunicação diária entre as comunidades afectadas e o Projecto, garantindo a disseminação da informação importante do Projecto e para o Projecto. A composição, atribuições e responsabilidades dos órgãos acima mencionados é detalhada pelo Diploma Ministerial 155/2014, Artigos 5, 16 e 18.</p>
<b>Comité de Resolução de Disputas (CRD)</b>	<p>O Comité de Resolução de Disputas (CRD) é responsável por receber, analisar e resolver quaisquer queixas ou disputas levantadas pelas PAPs. Este órgão será constituído por um Oficial de Ligação Comunitária do Projecto, um representante do Consultor para o reassentamento, representantes do Governo Distrital/Município relevante e representantes do Comité Local de Reassentamento e líderes comunitários a designar.</p> <p>O CRD informará as comunidades e agregados afectados sobre os processos de reclamação a utilizar, analisará as reclamações e resolvê-las-á em primeira instância, procurando, antes de mais, facilitar um acordo directo entre o Proponente e o Reclamante. O CRD manterá uma estreita ligação com a ERC e preparará relatórios mensais sobre as disputas resolvidas e aguardando resolução.</p>

## 9 PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E PROCEDIMENTOS DE RECLAMAÇÃO

### 9.1 Participação e Envolvimento Comunitário

De acordo com as boas práticas internacionais, é importante assegurar o envolvimento activo das comunidades afectadas e das suas lideranças no processo de reassentamento/compensação. Assim, a participação comunitária deverá ser baseada nos seguintes princípios:

- Envolvimento das partes afectadas, lideranças comunitárias e potenciais comunidades hospedeiras durante a consideração de alternativas ao desenho do Projecto e, depois disso, durante as fases de planeamento, implementação, monitoria e avaliação dos processos de compensação, restauração dos meios de subsistência e relocação;
- Envolvimento das partes afectadas nos processos decisórios relativos ao reassentamento e restauração dos meios de subsistência, incluindo alternativas entre as quais os afectados possam optar;
- Envolvimento das partes afectadas e lideranças comunitárias na identificação dos bens afectados;
- Constituição, capacitação e interacção com um Comité Local de Reassentamento (eleito pelas partes afectadas como seus representantes).

A participação comunitária é assegurada por dois mecanismos:

- Reuniões de grupos focais, para detectar as opiniões e preferências dos vários grupos de interesses presentes na comunidade (incluindo mulheres e grupos vulneráveis) durante todas as fases do processo de reassentamento;
- Reuniões públicas e abertas com as comunidades afectadas.

### 9.2 Mecanismo de Reclamação e Resolução de Disputas e procedimentos de reclamação.

Durante o processo de reassentamento podem ocorrer circunstâncias imprevistas. Para gerir essas situações será criado, como já se referiu, um Comité de Resolução de Disputas (CRD). De modo a facilitar o processo de reclamação, sugere-se que seja depositado um livro de reclamações nas sedes do Comité Local de Reassentamento, Posto Administrativo, Localidade e Governo Distrital e Conselho Municipal (se aplicável). O mecanismo de reclamação a implementar deve ser aprovado pela ERC. A existência e composição da CDR e a existência e modo de utilização do mecanismo de reclamação deve ser claramente explicada (através de reuniões públicas e outros meios a definir) às comunidades afectadas pela Equipa de Reassentamento e Compensação (ERC) e pelo OLC do Projecto.

Recomenda-se que o mecanismo de reclamações a implementar preveja o direito das PAPs a apelar de decisões que considere injustas. Para isso, deverá ser criada uma hierarquização de instâncias, tal como abaixo se sugere:

- Acordo directo entre o Reclamante e o Proponente – 1ª instância
- Comissão Distrital de Reassentamento (CDR) - 2ª Instância
- Tribunal Distrital - (última instância)

As PAPs devem ter um prazo razoável para considerar os termos da decisão e declarar a sua aceitação ou rejeição da mesma.

De modo a permitir monitoria efectiva do processo o CRD deverá preparar e submeter relatórios mensais detalhando as reclamações recebidas e o respectivo estado (indicando a data de resolução e a solução aprovada, no caso de reclamações resolvidas com sucesso, e a última acção tomada, no caso de reclamações com resolução pendente.

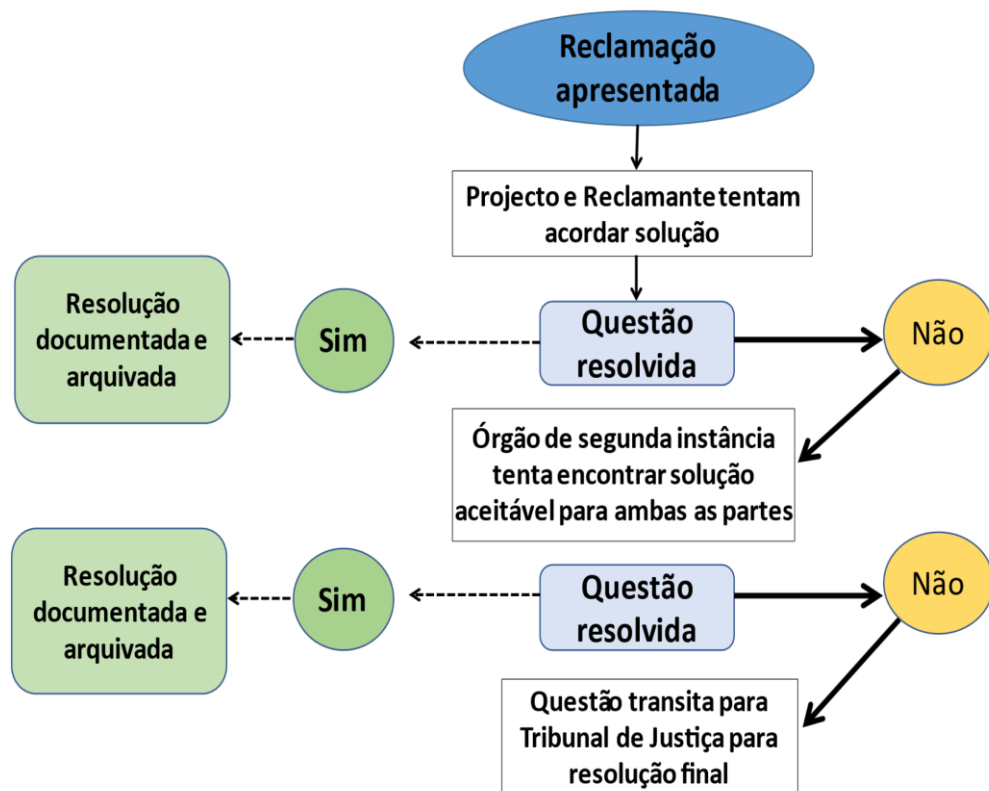


Figura 2. Fluxograma do processo de resolução de reclamações e disputas

## 10 IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE REASSENTAMENTO

Uma vez finalizado, o Orçamento do PAR deve ser ligado a um calendário de implementação mencionando todas as actividades-chave de implementação do reassentamento. Este calendário, por sua vez, deverá ser sincronizado com os trabalhos de construção civil do Projecto. Nenhum trabalho de construção poderá começar antes da aprovação formal do PAR/Plano de Compensação.

A Tabela abaixo ilustra a calendarização indicativa para a implementação do reassentamento.

*Tabela 7 calendarização indicativa para a implementação do PAR*

Acção	Sequência de Execução
Aprovação do PAR	1
Pagamento das compensações	2
Construção das estruturas de substituição	3
Limpeza e alocação da terra agrícola de substituição	4
Mudança para o local de reassentamento	5
Implementação do Plano de Restauração dos Meios de Subsistência	6

### 10.1 Aprovação do PAR

De acordo com a Lei Moçambicana, o relatório do PAR deve ser aprovado pelo Governo do Distrito relevante, mediante parecer de conformidade emitido pela CTASR.

O PAR será igualmente enviado pelo Proponente ao administrador dos fundos do Programa PROLER.

### 10.2 Pagamento das compensações

O Proponente do projecto é responsável por alocar os fundos necessários para o pagamento das compensações e por organizar os mecanismos de pagamento.

Preferencialmente, as compensações devem ser pagas por transferência bancária ou outros mecanismos disponíveis (por exemplo, *m-pesa/mkash*)<sup>6</sup>. No caso de PAPs que não tenham contas bancárias, deverão se acionadas medidas para os auxiliar no processo de abertura de contas. Poderão também ser efectuados pagamentos em dinheiro, mas apenas para pequenos montantes.

O processo de pagamento das compensações deve ser supervisionado por representantes da Comissão Provincial de Reassentamento devidamente creditados.

<sup>6</sup> Plataformas de transferência de dinheiro por telefone móvel.



### 10.3 Construção das estruturas de substituição

O Proponente será responsável por assegurar a construção das novas casas de reassentamento, cuja tipologia é definida pelo Decreto 31/2012 Capítulo I, Art. 16a e será refinada e aprovada com a participação do Governo do Distrito e das comunidades afectadas.

Caso assim o desejem, as PAPs podem ser contratadas para tarefas relacionadas com a construção das novas casas, desde que as especificações técnicas indicadas no Decreto 31/2012 sejam observadas. No caso das estruturas auxiliares (celeiros tradicionais, currais, etc.), o Proponente fornecerá os materiais de construção e poderá ser contratado um Empreiteiro para a execução do trabalho. Em alternativa, as PAPs poderão executar o trabalho, mediante devido pagamento.

A construção de infraestruturas sociais (escola, centro de saúde e/ou outras) será igualmente da responsabilidade do Proponente, que deve contratar um Empreiteiro devidamente habilitado.

### 10.4 Limpeza e alocação da terra agrícola de substituição

Todas as machambas de substituição devem ser limpas de vegetação e lavradas antes da sua entrega às PAPs. O Proponente deve mobilizar os meios adequados para assegurar este trabalho. Para mais detalhes sobre terra de substituição veja-se o ponto 7.3.6.

### 10.5 Mudança para o local de reassentamento

O Proponente é responsável por prestar assistência às pessoas deslocadas no processo de mudança para os locais de reassentamento, devendo assegurar transporte para pessoas e bens móveis. Nenhuma PAP poderá ser forçada a mudar-se para o seu novo local de residência sem que as estruturas de substituição (quer residenciais quer comunitárias, como escola e centro de saúde, por exemplo) previstas no PAR estejam prontas.

### 10.6 Implementação do PRMS

O Proponente poderá subcontratar outras entidades (tais como ONGs) para implementar os programas de desenvolvimento previstos no PRMS (para mais detalhes sobre o PRMS veja-se o ponto **Error! Reference source not found.**). É, no entanto, aconselhado que o OLC do Projecto supervisione esta implementação.

## 11 CUSTOS E ORÇAMENTAÇÃO

A orçamentação deve cobrir, pelo menos, os seguintes aspectos:

- Indicar claramente as responsabilidades financeiras;
- Listar as fontes de financiamento para o reassentamento e descrever os fluxos financeiros;
- Garantir que o orçamento para o reassentamento é suficiente e que está incluído no orçamento geral do Projecto;
- Identificar os custos do reassentamento e os mecanismos a estabelecer para assegurar a coordenação dos desembolsos com a implementação do PAR e o calendário do projecto;
- Preparar um orçamento indicativo por custo e rubrica para todo o processo de reassentamento, incluindo o pagamento de compensações, construção das casas de reassentamento e infraestruturas associadas, gestão e administração, monitoria e avaliação e contingências;
- Descrever os mecanismos específicos para ajustar as estimativas de custo e pagamento das compensações à inflação e flutuações cambiais;
- Descrever as provisões para gerir contingências físicas e flutuação de preços;
- Descrever as provisões financeiras para monitoria externa e avaliação, incluindo o processo para atribuição e manutenção de contratos para a duração total do processo de reassentamento.

No presente momento não é possível estimar o número de pessoas que poderão vir a ser afectadas pelo Projecto, uma vez que os desenhos técnicos detalhados não estão ainda finalizados e (à excepção do projecto-piloto no Dondo) a selecção dos locais do Projecto ainda não foi efectuada. Quando estas localizações forem conhecidas, e após conclusão dos estudos socioeconómicos específicos, a informação sobre impactos específicos, rendimentos familiares, número de pessoas afectadas e dados demográficos estará disponível, permitindo a preparação de um orçamento detalhado rigoroso para cada PAR/Plano de Compensação.

Refira-se que um dos critérios para a selecção dos locais do Projecto é evitar a deslocação física de pessoas. Assim, prevê-se que a maioria dos sub-projectos PROLER requererá apenas um Plano de Compensação. Contudo, tal só será confirmado depois dos estudos socioeconómicos a realizar para cada sub-projecto.

No presente, é apenas possível preparar uma estrutura de orçamento indicativo referindo os aspectos-chave a orçamentar e, onde possível, uma estimativa de custos. Os cálculos que se seguem tomam em consideração os custos de preparação dos Planos relevantes (PAR ou Plano de Compensação).

Os fundos para a implementação serão obtidos através de uma doação a conceder no âmbito de cada sub-projecto.

Tabela 8 Estrutura indicativa de orçamentação

Item	Custo estimado (€)	Comentários
Preparação do Plano de Compensação (incluindo o PRMS)	220.000,00€ (cada)	Assumindo 200 PAPs com deslocação económica apenas; Capacitação dos Comitês incluída no orçamento; Custos associados à Consulta Pública incluídos no orçamento.
Preparação do PAR (cada)		
• RLFSE	35.000,00€	Assumindo 200 PAPs com deslocação física e económica; Capacitação dos Comitês incluída no orçamento; Custos associados à Consulta Pública incluídos no orçamento.
• PR	455.000,00€	
• PAIR	50.000,00€	
Estudos de viabilidade das Áreas Hospedeiras;	Dependente da localização e dimensões da terra de substituição.	Estes incluem normalmente um Estudo Ambiental Simplificado e estudos de agricultura.
Contingências para a participação da CTASR	Incluem voos, transporte local, refeições e perdiems para cada membro da CTASR. Estimativa não possível neste momento.	Muito dependente do número de técnicos envolvidos e do número de vezes que a CTASR requerer participação e monitoria.
Contingências para a participação da CPR e CDR	Incluem transporte, refeições e perdiems para cada membro das Comissões. Estimativa não possível neste momento.	Muito dependente do número de técnicos envolvidos e do número de vezes que as Comissões requeiram participação e monitoria.
Subsídios para o Comité Local	Refere-se à compensação do tempo dedicado a tarefas do Projecto pelos membros do Comité Local.	Muito dependente da duração do processo.
Monitoria e Avaliação (anual)	50.000,00€	Estimativa de custos para serviços internos e externos.

## 12 MONITORIA E AVALIAÇÃO

De acordo com as recomendações do BM e da IFC é necessário instituir um mecanismo de monitoria e avaliação durante a implementação do reassentamento e por um período razoável após essa implementação, de modo a verificar a correcta aplicação das medidas prescritas pelo Plano de Reassentamento no sentido de defender os interesses das PAPs e para garantir que elas não fiquem em situação pior do que a existente antes do seu reassentamento. Por uma questão de transparência, recomenda-se que, para além de monitoria interna, seja realizada monitoria externa através de uma entidade independente.

No caso da monitoria interna, a Equipa de Reassentamento e Compensação (ERC) deve submeter relatórios mensais ao Proponente, reportando sobre o andamento do processo e alertando para os problemas encontrados. Os pontos a salientar nesses relatórios são:

- Atribuição e uso dos direitos de reassentamento e compensação;
- Processo de alocação de casas e terra agrícola de substituição;
- Padrões de construção das novas casas;
- Compensação por perda de árvores de fruta;
- Novas actividades geradoras de rendimento;
- Reclamações pendentes e sua resolução;
- Reuniões com autoridades locais e PAPs;
- Assuntos relacionados com o andamento do processo de reassentamento e compensação;
- Problemas relativos ao processo de restauração dos meios de subsistência;
- Progresso dos Planos de desenvolvimento comunitário;
- Disputas ou reclamações levantadas durante o reassentamento.

A monitoria externa, por sua vez, deve centrar-se nos seguintes aspectos:

- Progresso da implementação;
- Resultados da política de reassentamento e compensação;
- Progresso da atribuição de direitos;
- Mudanças nas condições de vida das PAPs;
- Processo de consultas às PAPs.

Para operacionalizar esta abordagem propõe-se o seguinte Quadro de monitorização:

### Quadro indicativo de monitorização do PAR:

1. Verificação dos relatórios de implementação do PAR através de confirmação no terreno dos seguintes aspectos:

- Pagamento das compensações, incluindo níveis de compensação e calendarização;
- Resolução de reclamações relativas à terra e acesso a recursos;
- Preparação e adequação dos locais de reassentamento;
- Construção das casas;
- Criação de postos de trabalho, adequação e níveis salariais;
- Adequação das acções de formação e outros inputs de desenvolvimento;
- Reabilitação de grupos vulneráveis;
- Relocação ou substituição de infraestruturas;

- Relocação de empresas e adequação das compensações;
- Subsídios temporários.

2. Entrevistas de discussão aberta a uma amostragem aleatória de pessoas afectadas, de modo a averiguar as suas preocupações relativas ao processo de reassentamento, compensações e medidas de reabilitação.

3. Verificar as acções de reassentamento a todos os níveis, de modo a verificar a sua eficácia e compatibilidade com o PAR.

4. Verificar o tipo de reclamações prevaletentes e o funcionamento do mecanismo de reclamações, revendo o processo de apelo e entrevistando os reclamantes;

5. Comparar os padrões de vida das pessoas afectadas antes e depois da implementação do reassentamento, para verificar a existência ou não de melhorias;

7. Aconselhar a gestão do Projecto acerca de quaisquer melhorias eventualmente necessárias na implementação do PAR.

---

## 13 CONCLUSÃO

---

A estrutura organizacional detalhada nos Capítulos precedentes é indicativa e pode ser modificada, desde que o modelo a adoptar assegure níveis de representatividade do governo local e pessoas afectadas similares. Aconselhamento adicional será proporcionado pela Comissão Técnica de Acompanhamento e Supervisão do Reassentamento, a qual é o órgão competente que deve ser consultado em caso de necessidade de resolver soluções não cobertas pela actual legislação Moçambicana.

Está neste momento a ser finalizada uma nova Lei do Reassentamento, a qual se espera que venha a substituir o Decreto 31/2012 e os Diplomas Ministeriais 155/2014 e 156/2014. A nova Lei poderá conter alterações que venham a requerer alguns ajustamentos ao presente QPR.

Adicionalmente, quaisquer modificações à metodologia proposta (em particular no que respeita aos critérios de elegibilidade e quadro de direitos) deverão ser previamente aprovadas em consulta com o Proponente e o administrador dos fundos do programa PROLER.

---

## *ANEXOS*

---

## Anexo 1

### Tabelas de Compensação do Ministério da Agricultura – Exemplo do Dondo



CONSELHO MUNICIPAL DO DONDO  
Vereação de Economia Local e Transportes

Tabela de valores para Indemnização de Culturas

Cultura	Unidade	Valor a pagar (MZN)			
		1 à 5 anos	6 à 20 anos	21 à 30 anos	Acima de 30 anos
Abacateira	Un	512	2,700	3,200	2,200
Amendoeira	Un	513	1,700	1,325	1,325
Amendoim	m²	1	0	0	0
Amoreira	Un	669	2,450	1,888	1,888
Ananaseiro	m²	8	0	0	0
Arroz	m²	3	0	0	0
Ateira	Un	468	1,486	2,450	1,164
Bananeira	Un	700	2,800	2,200	2,200
Batata-doce	m²	3	0	0	0
Cajueiro	Un	376	2,000	1,775	1,550
Cana-de-açúcar	m²	12	0	0	0
Citrinos	Un	575	3,575	4,700	2,450
Coqueiro	Un	360	1,736	2,600	2,120
Coração de boi	Un	388	1,100	875	875
Feijão bóer	m²	3	0	0	0
Feijão jugo	m²	2	0	0	0
Feijão Nhemba	m²	3	0	0	0
Feijão Vulgar	m²	4	0	0	0
Girassol	m²	2	0	0	0
Gergelim	m²	2	0	0	0
Goiabeira	Un	825	3,200	2,450	2,450
Hortícolas (viveiro)	m²	1,000	0	0	0
Hortícolas (campo definitivo)	m²	15	0	0	0
Jamboeiro	Un	669	3,200	2,450	2,450
Litcheira	Un	762	4,700	6,200	3,950
Maçanqueira	Un	513	1,700	1,325	1,325
Mandioqueira	Un	4	0	0	0
Mangueira	Un	425	2,000	2,900	1,820
Mapira	m²	1	0	0	0
Milho	m²	1	0	0	0
Papaeira	Un	1,138	2,450	2,450	1,700
Soja	m²	2	0	0	0
Tamarineira	Un	825	1,700	1,700	1,700

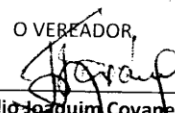
**N.B:** Os valores constantes na tabela são acrescidos uma taxa de 10% de perturbação.

- É acrescido ainda um valor de 10.000,00Mt (Dez mil meticals) por cada hectar correspondente ao esforço empreendido.

*Fonte – Direcção Provincial de Agricultura de Sofala.*

Dondo, Novembro de 2020

O VEREADOR,

  
Ilídio Joaquim Covane  
/Téc. Superior de N1